



RELATÓRIO DE GESTÃO 2016



Câmara Municipal de Sousel
Município de Sousel

INDÍCE

	Pág.
1 - INTRODUÇÃO	1
2- REGISTO BIOGRÁFICO DO MUNICÍPIO	2
2.1- IDENTIFICAÇÃO	2
2.2- POPULAÇÃO E GEOGRAFIA	2
2.3- EXECUTIVO MUNICIPAL - COMPOSIÇÃO	2
2.4- OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	7
3 – ENQUADRAMENTO	8
3.1 – APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS	8
3.2- RECURSOS HUMANOS	8
3.3- EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS	18
3.4- RECEITA OBTIDA	21
4- ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL	22
4.1- CONTABILIDADE DE CUSTOS	22
5- DÍVIDA TOTAL	30
6- INDICADORES	33
7- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	36
8- CONCLUSÃO	37

1 - INTRODUÇÃO

O executivo municipal apresenta, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS** (DPC) relativos à Gerência correspondente ao exercício financeiro do ano de 2016.

Nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 53º do referido diploma legal, os DPC serão apreciados e votados pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal, devendo ser enviados ao Tribunal de Contas até 30 de Abril.

Os DPC foram elaborados segundo as regras e princípios definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), e apresentados conforme estabelece a Resolução 4/2001 - 2. Secção - Tribunal de Contas, de 12 de Julho de 2001 -Instruções 01/2001.

O Relatório de Gestão traduz, de forma sucinta, a atividade da Câmara Municipal no ano 2016 e em alguns casos específicos, e sempre que aplicável, a comparação com anos anteriores.

O Relatório aborda igualmente a situação financeira da autarquia, a evolução da dívida total e a proposta de aplicação de resultados.

É de assinalar que a conta do município de Sousel está elaborada de acordo com o imperativo do novo quadro legal, refletindo na análise que se efetua o recurso a indicadores agora disponíveis.

2. REGISTO BIOGRÁFICO DO MUNICÍPIO

2.1. IDENTIFICAÇÃO

- ✓ Município de Sousel
- ✓ Praça da República, 7470- 220 Sousel
- ✓ Telefone (geral): 2668550100 Fax: 268550110
- ✓ Mail: geral@cm-sousel.pt
- ✓ NIF: 506.809.560

2.2 POPULAÇÃO E GEOGRAFIA

Relativamente ao Concelho de Sousel, os censos 2011 registam 5074 habitantes distribuídos por 2076 famílias, para as quais existiam 3 757 alojamentos.

Um dos aspetos mais marcantes da demografia do concelho é o envelhecimento da população. O índice de envelhecimento (relação existente entre a população com 65 ou mais anos e a população com 0-14 anos) era, em 2011, de 231 idosos por cada 100 jovens.

2.3. EXECUTIVO MUNICIPAL – COMPOSIÇÃO

Este mandato, cujo inicio ocorreu em 14.10.2013 o atual executivo municipal é composto por:

Presidente

- ✓ Armando Jorge Mendonça Varela

Vereadores

- ✓ Marta Susana Rebocho Carujo, substituída por Jorge Manuel Capela Pereira, no período de 01 de novembro de 2016 até 30 de janeiro de 2017, por motivo de licença de maternidade
- ✓ Emilio Manuel Minhós Sabido
- ✓ João Jerónimo Machadinha Maia
- ✓ José Bernardino Rodrigues Pascoal

O Presidente, a Vereadora Marta Susana Rebocho Carujo e o Vereador Emilio Manuel Minhós Sabido exercem funções em regime de permanência, enquanto os Vereadores João Jerónimo Machadinha Maia e José Bernardino Rodrigues Pascoal exercem funções em regime de não permanência. O Vereador Jorge Manuel Capela Pereira, que substituiu a Vereadora Marta Carujo, também esteve sempre em funções em regime de permanência.

A Vereadora Marta Susana Rebocho Carujo é a Vice-Presidente da Câmara Municipal, tendo sido nomeado como Vice-Presidente o Vereador Emilio Manuel Minhós Sabido, no período em que esta se encontrou em licença de maternidade.

Presidente da Câmara Municipal**Armando Jorge Mendonça Varela**

Nasceu em Lisboa a 1 de Julho de 1965.

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Gestão de Empresas, pela Universidade de Évora e Pós Graduação em Finanças, pela Universidade Católica Portuguesa, Contabilista Certificado nº 23211

Carreira Profissional e Cargos Desempenhados

Iniciou o seu percurso profissional como docente em várias escolas da região, nomeadamente na Escola C+S de Arraiolos, na Escola Secundária Severim Faria, em Évora e na Escola Secundária Rainha Santa Isabel de Estremoz (1986-1990).

Entre 1990 e 2002 trabalhou na área da assessoria administrativa e financeira, nomeadamente ao nível de controlo de custos, de gestão e informatização na Empresa Carvalho e Sobrinho, em Elvas, na Empresa Industrial Bastos Ribeiro, em Sousel e na Casa Agrícola Teófilo de Castro Duarte, em Fronteira.

Foi Sócio Gerente da empresa Varela & Varela, supermercados, Lda. (1990 e 1994).

Desempenhou os cargos de Diretor Financeiro da “Olidal- Olivicultores do Alentejo, CRL”, em Santo Amaro (1993-2000); de Sócio Gerente e Diretor Financeiro das empresas Gestalbi, Lda – Casa Branca, concelho de Sousel, Gestalter, Lda., em Alter do Chão, Ecogef, Lda., em Benavila, Concelho de Avis e Megalentejo, Lda., em Ponte de Sôr (1994-2005); de Diretor Financeiro da Tomasel- Organização de Produtores Hortícolas, S.A, com sede em Cano, até 2005; de Diretor da ANOP - Associação Nacional de Organização de Produtores-, para o sector do Tomate, tendo mais tarde assumido o cargo de Presidente do Conselho Fiscal da mesma Associação.

No âmbito da atividade associativa de cariz social integrou a Direção do Centro Social Adriano Rovisco dos Santos de Casa Branca (1991-1996) e presidiu o Conselho Fiscal de outra IPSS, a Comissão de Melhoramentos do Concelho de Sousel (1999-2001). Atualmente é Presidente da Assembleia Geral da Associação Recreativa e Cultural de Sousel, da Assembleia Geral da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sousel, Presidente da Assembleia Geral da CERC Estremoz e Presidente do Conselho Fiscal da Escola de Artes do Norte Alentejano.

É Presidente da Assembleia Geral da ACIPS - Associação de Comerciantes e Indústrias do Concelho de Ponte de Sor. Presidiu a Assembleia Geral das Águas do Norte Alentejano entre 2008 e 2010 e ao Conselho de Administração da AREANatejo - Agência Regional de Energia e Ambiente do Norte Alentejano entre 2005 e 2009. No mesmo período (2005-2009) desempenhou o cargo de Administrador da ADRAL, SA - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, sendo vogal da Comissão executiva desde 2006.

É Presidente da Assembleia Geral do MATSEL- Matadouro Regional do Alto Alentejo, e das Assembleias Gerais da FICA – Associação da fileira da Carne do Alentejo e do NECS- Núcleo Empresarial do Conselho de Sousel. É ainda secretário da mesa do Nerpor – Associação Empresarial da Região de Portalegre.

Em 2016 foi Presidente da direção da Associação Portalegre Distrito Digital. Atualmente é Presidente da Assembleia Geral da Associação de Futebol de Portalegre.

Foi Presidente da CIMAA – Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, de 2009 a 2015.

No âmbito da atividade política assumiu o cargo de Vereador da Câmara Municipal de Sousel (2001-2005) e de Presidente da Câmara Municipal de Sousel (2005-2009), cargo que continua a desempenhar até à presente data.

Foi membro do Conselho Geral e Consultivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

É membro do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Presidiu à Comissão Política do Partido Social Democrata da Secção de Sousel e à Assembleia Distrital de Portalegre, sendo atualmente Presidente da Comissão Política Distrital do PSD. É membro do Conselho Nacional do Partido Social Democrata.

Vice-Presidente da Câmara Municipal

Marta Susana Rebocho Carujo



Nasceu em São Lourenço - Portalegre a 2 de Dezembro de 1978.

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Sociologia, pela Universidade Autónoma de Lisboa, Pós Graduação em Administração Desenvolvimento Regional e Local na Escola de Administrativa Publica Luis Sá – Palmela/Universidade Lusófona, Pós Graduação em Gestão Autárquica Avançada, pelo Instituto Superior de Educação e Ciências.

Curso de Gestão Publica na Administrativa Local (GEPAL), em 2013.

Carreira Profissional e Cargos Desempenhados

Em 1999 iniciou o seu percurso profissional na área da formação profissional no Centro de Formação Profissional TACAFORME – Lumiar.

Em 2000 prosseguindo a mesma área – a formação – inicio projeto no centro de artes e ofícios de Sousel, Centro de Formação “Ideias de Pedra e Cal”, em Estremoz e em 2004, Formadora da MultiAlentejo de Portalegre.

Em 2002 iniciou a sua carreira profissional como Socióloga na Camara Municipal de Sousel.

Em 2011 foi nomeada Chefe de Divisão Turismo, Cultura, Desporto Juventude e Rede Social.

No âmbito da atividade associativa de cariz social integrou a Direção, como Vice-presidente da Associação de Amizade Santo Amaro La Chapelle-Heulin (2009-2011), em (2009-2011) integrou a

Direção de uma IPSS, a Comissão de Melhoramentos do Concelho de Sousel, assumindo o cargo de Vogal. Em (2012-2013) continuou nos órgãos sociais, como Secretária.

Atualmente é Presidente desta mesma IPSS.

No âmbito da atividade política assumiu o cargo de Vice-Presidente da Comissão Política do Partido Social Democrata da Secção de Sousel.

Atualmente é Vereadora da Câmara Municipal de Sousel nomeada como Vice-Presidente.

Preside a Comissão Política do Partido Social Democrata da Secção de Sousel.

Vereador da Câmara Municipal de Sousel



Emílio Manuel Minhós Sabido

Nasceu em 2 de Abril de 1954, em Cano, Concelho de Sousel.

Habilitações Académicas

Frequência do 3º ano do Curso de Direito, na Universidade Internacional (1995-1998).

Carreira Profissional e Cargos Desempenhados

Como funcionário público no Ministério das Finanças iniciou a sua carreira profissional na repartição de Finanças de Avis (1973-1997) e como Chefe de Finanças na Repartição de Finanças de Setúbal (2002-2009).

No âmbito da atividade política foi Presidente da Câmara Municipal de Sousel, eleito pelo Partido Socialista, no mandato de 1997 a 2001. Eleito pelo MIS (Movimento Independente por Sousel), em 2005-2009, desempenhou o cargo de Vereador, em regime de não permanência. Foi Vereador em Regime de Permanência da Câmara Municipal de Sousel de 2009 a 2013. Em novembro de 2015 iniciou o mandato de Vereador em Regime de não permanência, eleito pelo Partido Social Democrata, passando a exercer funções em regime de permanência a partir 04 de janeiro de 2016.

Vereador da Câmara Municipal de Sousel



João Jerónimo Machadinha Maia

Nasceu em 23 de Fevereiro de 1980.

Habilitações Académicas: Doutorando no curso de Estudos Contemporâneos, do Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra.

Mestrado em Ciências da Educação, área de especialização em Educação e Desenvolvimento Social, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, da Universidade de Coimbra, sobre o tema “Globalização, Escola e Ensino Intercultural da História e da Geografia”.

Licenciatura em Ciências da Educação, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, da Universidade de Coimbra.

Carreira Profissional e Cargos Desempenhados

Iniciou o seu percurso como técnico superior no Centro Comunitário de Inserção da Cáritas Diocesana de Coimbra, onde ocupou funções de Estagiário e Diretor Técnico substituto. Continuou o seu percurso profissional como Profissional de Reconhecimento e Validação de Competências dos Centros Novas Oportunidades da Fundação Alentejo e do Agrupamento de Escolas de Estremoz e, mais tarde, como Adjunto de Ensino da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Desenvolve, atualmente, investigação científica tendo apresentado e publicado vários trabalhos em eventos e revistas científicas. Está registado como formador de professores pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua.

No âmbito do associativismo estudantil foi Presidente da Mesa da Assembleia-geral de Alunos da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra e Membro da Direção do Núcleo de Estudantes de Psicologia e de Ciências da Educação da Associação Académica de Coimbra. Atualmente, no âmbito dos órgãos de gestão universitária, é Membro do Senado da Universidade de Coimbra.

É ainda Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Academia do Bacalhau de Estremoz.

Em termos políticos desempenha as seguintes funções:

Presidente da Concelhia do Partido Socialista de Sousel; Membro da Comissão Política Distrital da Federação do Partido Socialista de Portalegre; Vereador da Câmara Municipal de Sousel.

No passado desempenhou as seguintes funções:

Membro da Assembleia de Freguesia de Cano.

Membro da Assembleia Municipal de Sousel.

Membro do Gabinete de Estudos/Laboratório de Ideias e Propostas para Portugal, com participação em reuniões e conferências sobre: trabalho, educação e ensino superior, globalização, política externa, boa governação e políticas públicas, inovação e economia, participação política e transparência e fóruns distritais em Portalegre.

Membro Suplente da Comissão Nacional do Partido Socialista.

Membro Suplente da Comissão de Jurisdição Nacional do Partido Socialista.

Membro do Secretariado da Comissão Política Distrital da Federação do Partido Socialista de Portalegre.

Representante no concelho de Sousel de várias candidaturas em eleições nacionais.

Membro da Comissão de Honra Nacional da Candidatura de Manuel Alegre às Eleições Presidenciais de 2011.

Membro da Estrutura Distrital de Portalegre da Candidatura de Manuel Alegre às Eleições Presidenciais de 2011.

Coordenador Concelhio da Juventude Socialista de Sousel.

Membro da Comissão Política Distrital da Federação da Juventude Socialista de Portalegre.

Vereador da Câmara Municipal de Sousel



José Bernardino Rodrigues Pascoal

Nasceu em 16 de Setembro de 1961.

Habilitações Académicas:

12º Ano (Ciências)

Enfermeiro Especialista – Formador

Licenciado

Especialista em Saúde na Comunidade/Saúde no Trabalho

Carreira Profissional e Cargos Desempenhados

Iniciou o seu percurso profissional como enfermeiro até à presente data

Vereador da Câmara Municipal de Sousel.

2.4. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

O município não dispõe de serviços municipalizados. Foi registada a liquidação da participada ENASEL, SA. De acordo com o mencionado no relatório de liquidação da ENASEL, o ativo superveniente não partilhado ascende a 2.236,21€ e o ativo restante, no valor de 61.573,06€, será transferido para a Câmara Municipal de Sousel a título de devolução dos suprimentos. Os suprimentos registados na Câmara Municipal de Sousel a receber da ENASEL (64.391,00 €), e constituídos em dezembro de 2002, foram parcialmente reembolsados em 22/09/2016 através de cheque no valor de 25.609,00€, encontrando-se o remanescente ainda por receber.

3. ENQUADRAMENTO

3.1. APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2016 foram aprovados pelo órgão executivo em 29 de outubro de 2015 e pelo órgão deliberativo em 29 de novembro de 2015.

O valor inicial do orçamento foi de 6.646.421 €. Durante o exercício foram aprovadas 4 revisões, 24 alterações ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, situando-se os valores finais do orçamento em 7.220.384 € (correntes 5.623.953€, capital 1.596.431€).

O Orçamento teve assim um aumento de receita e despesa que ascendeu a 573.963€, contribuindo para este significativo aumento a receita consignada proveniente do fecho das candidaturas aprovada no âmbito do INALENTEJO, referente ao Relvado Sintético, Requalificação Urbana do Núcleo Central de Sousel, Beneficiação do Auditório, Requalificação da Praça de Santo Amaro e Centro de Apoio às Microempresas.

3.2. RECURSOS HUMANOS

Por imposição decorrente do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, durante o ano 2010 foi aprovada uma reestruturação dos Serviços da Câmara Municipal, a qual se manteve em vigor até 2013.

Com a entrada em vigor da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto foi, por deliberação da Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2012 aprovada nova estrutura nuclear de serviços, mantendo suspensão a citada estrutura até à cessação das comissões de serviço.

Em março de 2014 foi definitivamente implementada a nova estrutura de serviços aprovada, procedendo ao reajustamento dos serviços.

Os resultados desse reajustamento foram atenuados pela sucessiva aposta do executivo no aumento da capacidade de intervenção dos serviços municipais e numa aposta de recrutamento de recursos humanos especializados.

O Mapa de Pessoal do ano 2016 foi aprovado nos termos do disposto na lei nº 35/2014, de 20 de junho, pelo órgão executivo em 29 de outubro de 2015 e pelo órgão deliberativo em 29 de novembro de 2015.

Os mapas que se seguem demonstram o número de trabalhadores ao serviço da Câmara Municipal de Sousel, em 31-12-2016, embora as relações jurídicas de emprego público tivessem sofrido alterações a partir de 01-01-2009.

Assim, nos mapas seguintes, como forma de introduzir uma melhor compreensão da evolução dos Recursos humanos da Autarquia desde 2005, optou-se por utilizar a terminologia atual, equiparando-a à anteriormente utilizada.

Quadro 1

		Dirigente - Superior (ou equivalente)	Dirigentes Intermediários (ou equivalente)	Técnico Superior (ou equivalente)	Assistente Técnico (ou equivalente)	Assistente Operacional (ou equivalente)	Informática (ou equivalente)	Outros	TOTAL
2005	Comissão de Serviço		2						2
	CTFP por tempo indeterminado (pessoal do Quadro)			4	27	73	3		107
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)				1	25			26
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)								0
	Outras (avenças)	0	2	4	28	98	3	15	150
2006	Comissão de Serviço		1						1
	CTFP por tempo indeterminado (pessoal do Quadro)		1	4	28	69	3		105
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)				1	23			24
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)								0
	Outras (avenças)	0	2	4	29	92	3	13	138
2007	Comissão de Serviço		2						2
	CTFP por tempo indeterminado (pessoal do Quadro)			10	26	76	3		115
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)			7	3	15			25
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)								0
	Outras (avenças)	0	2	17	29	91	3	8	150
2008	Comissão de Serviço		2						2
	CTFP por tempo indeterminado (pessoal do Quadro)			19	25	67	3		114
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)			5	3	12			20
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)								0
	Outras (avenças)	0	2	24	28	79	3	2	138
2009	Comissão de Serviço		2						2
	CTFP por tempo indeterminado (pessoal do Quadro)			20	22	65	3		110
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)			6	3	10		1	20
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)								0
	Outras (avenças)	0	2	26	25	75	3	2	134
2010	Comissão de Serviço		6						6
	CTFP por tempo indeterminado (pessoal do Quadro)			19	25	74	2	1	121
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)			2	1	13			16
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)								0
	Outras (avenças)	0	6	21	26	87	2	1	144
2011	Comissão de Serviço		7						7
	CTFP por tempo indeterminado (pessoal do Quadro)			20	26	75	1	1	123
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)			2		17			19
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)								0
	Outras (avenças)	0	7	22	26	92	1	1	150
2012	Comissão de Serviço		6						6
	CTFP por tempo indeterminado (pessoal do Quadro)			20	25	73	1	1	120
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)			2		15			17
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)								0
	Outras (avenças)	0	6	22	25	88	1	1	144
2013	Comissão de Serviço		5						5
	CTFP por tempo indeterminado (pessoal do Quadro)			19	26	75	1	1	122
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)			4		6			10
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)					3			3
	Outras (avenças)	0	5	23	26	84	1	1	145
2014	Comissão de Serviço		3						3
	CTFP por tempo indeterminado (pessoal do Quadro)			21	26	76	1	2	126
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)			3	1				4
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)					4			4
	Outras (avenças)	0	3	24	27	80	1	1	142
2015	Comissão de Serviço		3						3
	CTFP por tempo indeterminado (pessoal do Quadro)			22	34	87	1	2	146
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)			2	1				3
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)			1		4			5
	Outras (avenças)	0	3	26	37	91	1	1	161
2016	Comissão de Serviço		2						2
	CTFP por tempo indeterminado (pessoal do Quadro)			22	34	85	2	1	144
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)				1	5			6
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)			2		5			7
	Outras (avenças)	0	2	25	35	95	2	1	164

Evolução dos Recursos Humanos

Da análise do Quadro 1, o número de trabalhadores ao Serviço da Câmara Municipal de Sousel em 31-12-2016 é de 164 trabalhadores.

Contudo, em 31-12-2016, encontravam-se ao serviço 22 Assistentes Operacionais e 5 Assistentes técnicos integrados ao abrigo do contrato interadministrativo de delegação de competências em matéria de educação, publicado na 2ª Série do DR. Nº 145, de 28 de julho de 2015.

Assim, os trabalhadores ao serviço da Câmara Municipal para desempenho de competências próprias, em 31-12-2016 eram apenas 137 trabalhadores, numero manifestamente inferior ao verificado em 2005.

Para isto contribuiu a obrigatoriedade de redução de 3% de pessoal em 2012, acrescido de redução de 2% em 2013 e 2014 e a manutenção do nível de despesas com pessoal em 2015 e 2016, igual ao verificado em 2014 e 2015, conforme é explicado mais adiante, objetivo que foi cumprido por via da aposentação e pela caducidade de contratos.

Porém, da mesma análise podem retirar-se algumas conclusões, nas quais se destacam:

- a) Abandono do recurso a contratos de avença para desenvolvimento de atividades permanentes dos serviços, eliminando por completo a utilização de mão-de-obra a “recibos verdes”. Mantem-se apenas o recurso a um advogado, dado que a Câmara Municipal não pode, neste caso, recorrer a trabalhadores com relação jurídica previamente constituída, por incompatibilidade de funções.
- b) Recurso a recrutamento de pessoal especializado e/ou com maior nível habilitacional, contribuindo para a introdução de um novo paradigma na administração pública local, onde a exigência e a profissionalização são “chave de ordem e de sucesso”.

Apesar da análise imediata destes fatores, importa também referir que a política de recursos humanos seguida pela autarquia introduziu uma nova dinâmica à organização, pois ao longo destes anos a abrangência de intervenção foi substancialmente melhorada e alargada.

Ao nível das competências da organização interna, os serviços foram apetrechados com mecanismos que dão resposta às necessidades de funcionamento e intervenção a própria autarquia, sendo a maior parte dos trabalhos executados da responsabilidade dos serviços do município.

De realçar a preciosa disponibilização dos seguintes/recursos:

- a) Oficina de serralharia
- b) Oficina de eletricidade;
- c) Oficina de carpintaria
- d) Serviço de refeitório municipal;



e) Reforço da equipa de intervenção em trabalhos diversos, otimizando desta forma a capacidade de ação;



f) Ampliação das instalações de apoio administrativo no estaleiro Municipal;

No que se refere à assunção de novas competências, o Município de Sousel aumentou substancialmente o nível de áreas de intervenção, podendo destacar-se:

Intervenção no âmbito da proteção civil

A estrutura de proteção civil é dirigida por um Comandante Operacional Municipal e tem ainda uma equipa de sapadores florestais.

Os serviços de proteção civil visam prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, atenuar os seus efeitos, proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram. A equipa de sapadores florestais tem como objetivo manter as áreas florestais, caminhos rurais e bermas devidamente limpos, promovendo ações de prevenção, de vigilância, de apoio ao combate e de rescaldo pós-incêndio.

A equipa de sapadores florestais funciona ao abrigo de um protocolo de colaboração celebrado entre o Município de Sousel, o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. e a Autoridade Florestal Nacional, assegurando esta última entidade um apoio financeiro ao funcionamento da equipa de sapadores florestais, destinado a compartilhar parte dos encargos decorrentes da contratação de trabalhadores.



Educação

Em 28 de julho de 2015 foi publicado na 2ª série do Diário da Republica, o contrato interadministrativo de delegação de competências em matéria de educação e formação municipal.

O Contrato Interadministrativo de Educação e Formação Municipal enquadra-se no âmbito do Projeto-Piloto de cariz pedagógico e administrativo, promotor da eficiência dos recursos educativos e do processo de aperfeiçoamento do serviço público de Educação, promovendo uma maior qualidade da aprendizagem das

crianças e dos jovens, através de respostas mais eficazes e mensuráveis que permitam a melhoria continua das suas práticas pedagógicas e de um crescente envolvimento da comunidade educativa, designadamente, por via de uma maior participação da comunidade na gestão dos sistemas educativos locais e do reforço da responsabilização dos atores educativos na qualidade do serviço educativo oferecido.

O inicio de vigência do Contrato interadministrativo de delegação de competências, constitui-se como

um ponto de referencia para um modelo de gestão articulada e integrada na área da educação no território do município, potenciando uma unidade da ação das diferentes dimensões da escola e apoiando, sobretudo, a contextualização curricular de cursos, turmas e percursos educativos, adequando progressivamente o ensino às características e motivações dos alunos, harmonizando a atuação do pessoal docente e não docente.

O acompanhamento do contrato interadministrativo de delegação de competências constitui-se como uma nova, mas enriquecedora experiencia para os serviços municipais.



Atividades de enriquecimento curricular

Dando continuidade a uma política que aposta na educação, o Município de Sousel, em parceria com o Ministério da Educação e Ciência, com o Agrupamento de Escolas de Sousel e a Associação de Pais promove as atividades de enriquecimento curricular que visam ser um contributo para a formação global e diversificada dos alunos e regem-se pelo desenvolvimento de competências relacionadas com a cidadania, participação cívica, responsabilidade e autonomia. Ao mesmo tempo, constituem-se como atividades que assumem uma importância vital no despoletar de competências específicas nas seguintes áreas: Ensino do Inglês, Oficina das Ciências, Atividades de Projeto e Ligação ao Meio, Atividades Lúdico-expressivas, Ensino da Música e Atividade Física e Desportiva.



Atividades de âmbito social

O objetivo da admissão de um psicólogo foi, por um lado, criar uma maior interação com os recursos humanos na Organização, mas por outro, prestar apoio na integração social dos idosos de crianças com necessidades educativas especiais em organizações adequadas às suas necessidades;

O trabalho desenvolvido pelo psicólogo na área social permitiu ainda a dinamização da rede social, onde foram desenvolvidos diversos projetos, entre os quais se podem destacar a criação da Universidade Sénior, o Teatro Sénior, a Tuna Sénior e a Oficina da memória. De salientar que estes projetos foram desenvolvidos ao abrigo de parcerias estabelecidas com as diversas IPSS do concelho e com parceiros privados.



Atividades no âmbito de atividades de animação de apoio à família

Foi possível durante o exercício de 2016 dar continuidade aos serviços de componente de apoio à família com o prolongamento de horário escolar às crianças do ensino pré-escolar. Este serviço foi integralmente assegurado por recursos humanos da autarquia e compreende todos os períodos para além das 5 horas educativas diárias, asseguradas pelo Educador de Infância.



Quadro 2

Estrutura etária

ESTRUTURA ETÁRIA	TOTAL
Menos de 20 anos	
20-24	1
25-29	5
30-34	14
35-39	31
40-44	27
45-49	21
50-54	30
55-59	25
60-64	8
65-69	2
70 ou mais	
TOTAL	164

Na análise dos recursos humanos, uma vertente também interessante de abordar é a estrutura etária. Do quadro anterior verifica-se que os recursos humanos da autarquia são, na sua generalidade, bastante novos situando-se em idades compreendidas entre os 30 e os 49 anos.

Apenas 10 dos trabalhadores possuem idade superior a 60 anos.

Pelo anteriormente exposto importa concluir que a política de Gestão de Recursos Humanos introduziu uma nova dinâmica na autarquia, aceitando-se a possibilidade de assegurar as funções desenvolvidas em 2005, com menos trabalhadores. Ainda assim, foi possível, pela assinatura do contrato de delegação de competências em matéria de educação, proceder à criação de novos postos de trabalho com custos suportados pela administração central.

Quadro 3

Despesas com Pessoal

Class	descrição	ano 2016	ano 2015	Variação 2016/2015
01	Despesas com o pessoal	2.719.189,10 €	2.523.553,41 €	195.635,69 €
0101	Remunerações certas e permanentes	2.087.871,05 €	1.933.842,81 €	154.028,24 €
010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	105.687,73 €	81.371,88 €	24.315,85 €
010104	Pessoal quadros-Regime contrato indiv. Trabalho	1.163.322,64 €	1.224.077,77 €	- 60.755,13 €
01010401	Pessoal em Funções	1.148.641,48 €	1.224.077,77 €	- 75.436,29 €
01010402	Alterações obrigatórias de posicionamento remunera	- €	- €	- €
01010403	Alterações facultativas de posicionamento remunera	- €	- €	- €
01010404	Recrutamento de Pessoal para novos postos de traba	14.681,16 €	- €	14.681,16 €
010106	Pessoal contratado a termo	86.253,63 €	69.599,27 €	16.654,36 €
01010601	Pessoal em funções	77.243,04 €	68.397,79 €	8.845,25 €
01010604	Recrutamento de Pessoal para novos postos de traba	9.010,59 €	1.201,48 €	7.809,11 €
010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	- €	12.775,23 €	- 12.775,23 €
010108	Pessoal Aguardando Aposentação	- €	- €	- €
010109	Pessoal em qualquer outra situação	270.494,59 €	119.473,16 €	151.021,43 €
01010901	Gabinete de Apoio Pessoal	61.364,53 €	55.922,81 €	5.441,72 €
01010902	Estágios	- €	- €	- €
01010903	POC's	- €	- €	- €
01010909	Pessoal em qualquer outra situação	209.130,06 €	63.550,35 €	145.579,71 €
010110	Gratificações	- €	- €	- €
01011001	Membros dos órgãos autárquicos	- €	- €	- €
01011002	Pessoal dos Quadros	- €	- €	- €
010111	Representação	25.398,91 €	22.547,92 €	2.850,99 €
01011101	Membros dos órgãos autárquicos	21.206,42 €	18.199,48 €	3.006,94 €
01011102	Pessoal do quadro	4.192,49 €	4.348,44 €	- 155,95 €
010113	Subsidio de refeição	152.720,82 €	143.745,28 €	8.975,54 €
010114	Subsidio de férias e de Natal	262.294,47 €	243.345,48 €	18.948,99 €
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	21.698,26 €	16.906,82 €	4.791,44 €
0102	Abonos variáveis ou eventuais	64.554,93 €	60.951,09 €	3.603,84 €
010202	Horas extraordinárias	17.771,40 €	10.637,65 €	7.133,75 €
010204	Ajudas de custo	6.391,79 €	11.267,46 €	- 4.875,67 €
010205	Abono para falhas	2.696,15 €	2.194,34 €	501,81 €
010210	Subsidio de trabalho nocturno	2.472,15 €	2.521,77 €	- 49,62 €
010211	Subsidio de turno	- €	- €	- €
010212	Indemnizações por cessação de funções	3.399,31 €	- €	3.399,31 €
010213	Outros suplementos e prémios	10.093,71 €	14.603,97 €	- 4.510,26 €
01021301	Prémios de Desempenho	- €	- €	- €
0102130201	Assembleia Municipal	6.671,12 €	10.079,19 €	- 3.408,07 €
0102130302	Câmara Municipal	3.422,59 €	4.524,78 €	- 1.102,19 €
01021304	Outros	- €	- €	- €
010214	Outros abonos em numerário ou espécie	21.730,42 €	19.725,90 €	2.004,52 €
01021401	Trabalho em dia de descanso, complementar e feriad	21.730,42 €	19.725,90 €	2.004,52 €
0103	Segurança social	566.763,12 €	528.759,51 €	38.003,61 €
010301	Encargos com a saúde	79.692,98 €	71.964,50 €	7.728,48 €
010302	Outros encargos com a saúde	- €	- €	- €
010303	Subsidio familiar a criança e jovens	10.928,12 €	9.358,06 €	1.570,06 €
010304	Outras prestações familiares	- €	- €	- €
010305	Contribuições para a segurança social	460.703,47 €	422.884,98 €	37.818,49 €
01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	- €	- €	- €
01030502	Segurança social dos funcionários públicos	460.703,47 €	422.884,98 €	37.818,49 €
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	234.438,16 €	221.487,95 €	12.950,21 €
0103050202	Segurança social-Regime geral	226.265,31 €	201.397,03 €	24.868,28 €
010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	- €	- €	- €
010309	Seguros	15.193,35 €	24.236,01 €	- 9.042,66 €
010310	Outras despesas de segurança social	245,20 €	315,96 €	- 70,76 €

Da análise do mapa anterior, verificamos que em 2016 as despesas com pessoal foram influenciadas pelas despesas com o pessoal transferido em regime de mobilidade, no âmbito do contrato interadministrativo de delegação de competências em matéria de educação, no montante de 331.305,49€.

De acordo com a Lei de Orçamento de Estado para 2016, as despesas com pessoal em 2016, não poderiam ser superiores às despesas com pessoal de 2015, excetuando-se deste limite as despesas provenientes de aumentos salariais nos termos da Lei e as despesas com pessoal proveniente de delegação de competências da Administração Central para a Administração Local. Assim, se deduzirmos às despesas com pessoal de 2016, o montante anteriormente referido, verificamos que em 2016 as despesas com pessoal ainda tiveram uma redução de 41.914,92€.

A política de gestão de Recursos Humanos na Administração Pública obrigou a uma melhoria significativa na política de Recursos Humanos seguida pela autarquia, bem como na capacidade de intervenção do Município, conforme já foi anteriormente explicado.

Para melhor enquadramento da política de Recursos Humanos, seguida pelos diversos Orçamentos de Estado, podemos dizer que o Orçamento de Estado para 2014 impôs a obrigatoriedade de redução de 2% dos trabalhadores face aos existentes em 31 de dezembro de 2013.

Dado que o município de Sousel até 2009 procedeu a essa redução e que a partir dessa data passou a admitir trabalhadores qualificados, em termos de evolução de Recursos Humanos ficou abrangido por aquela norma legal, tendo sido obrigado a reduzir 3 trabalhadores em 2014.

O Orçamento de Estado para 2016, também não foi menos penalizador que o anterior, uma vez considera como despesa com pessoal toda e qualquer despesa com Recursos Humanos, obrigando a reduzir o número de Recursos Humanos ao Serviço, uma vez que, as cessações definitivas de funções implicam obrigatoriamente um aumento de despesas com pessoal.

Quadro 4

Medidas de Empregabilidade

Programa	Encargos Suportados			2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Valor da Bolsa	Subsidio Refeição	Seguros								
Poc Subsidiado		Sim	Sim	59	9						
Poc Carenciado		Sim	Sim	10							
Contrato Emprego Inserção (julho/2009)	20% valor do IAS	Sim	Sim	15	44	68	62	54	40	38	45
Contrato Emprego Inserção+ (julho/2009)	20% valor do IAS	Sim	Sim	10	26	17	22	27	19	19	11
Estágios Qualificação e Emprego (até Agosto/2010)	9º Ano - 25% de 1,25 IAS 12º Ano - 25% de 1,5 IAS			10	10						
Estágios Qualificação e Emprego (a partir de Setembro)	9º Ano - 50% de 1 x IAS 12º Ano - 50% de 1,5 IAS				4	6					
Estágios Formação e Qualificação	12º Ano - 50% de 1,6 IAS					2	2				
Contrato Emprego Inserção + (Pessoas Portadoras de deficiência)	10% ias	sim	sim					1	4	4	2
Contrato Emprego e Inserção Património	100%	sim	sim					15	21	4	
Passaporte Emprego	1º - 100% restantes 20%	sim	sim					8	7		
Estágios Profissionais	20%	sim	sim					11	14	3	
PEPAL											3
Totais				104	93	93	86	116	105	68	61

A partir do ano 2010 as receitas provenientes do orçamento de Estado foram fortemente reduzidas, mas os inúmeros constrangimentos provocados por estas medidas não foram impeditivos de a autarquia apoiar a população do concelho, socorrendo-se de outros mecanismos colocados à sua disposição, nomeadamente através da realização de contratos de emprego de inserção, contratos de emprego inserção + e estágios.



Recorde-se que, até final de 2008, sempre que as autarquias locais requisitavam pessoas ao IEFP, estas suportavam unicamente os encargos decorrentes do subsídio de refeição e do seguro, sendo a restante contrapartida suportada pelo IEFP.

A partir de 2009, com as medidas de empregabilidade lançadas pela administração central, as autarquias locais passaram a suportar uma percentagem da bolsa recebida pelos estagiários, para além das despesas já anteriormente suportadas, situação que onerou bastante os orçamentos já fragilizados.

O mapa anterior é demonstrativo do apoio promovido pela Câmara Municipal de Sousel, no âmbito das medidas de empregabilidade, apesar de durante o ano 2016 ter registado um decréscimo de recurso a trabalhadores ocupados, por referência ao ano anterior, situação fortemente influenciada, pela dificuldade de aprovação dos projetos, sobretudo a partir de novembro de 2015.



Como se verifica a Câmara Municipal de Sousel apoiou de forma ativa as medidas de empregabilidade, apesar das sucessivas alterações legislativas que têm introduzido maior responsabilidade à autarquia nas comparticipações dos encargos.

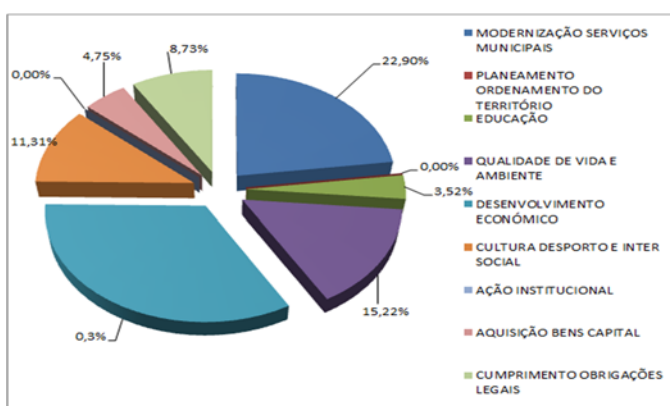
3.3. EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

Os quadros 5 e 6, bem como o gráfico 1 resumem as principais intervenções do município durante o ano de 2016.

Quadro 5

Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos - Ano 2016							
Designação	Montante Previsto			Montante executado		Execução Anual (%)	Execução Global (%)
	Ano	Anos seguintes	Total	Ano	Total		
Aquisição e Beneficiação de Instalações dos Serviços	27.181	220.000	247.181	18.995	117.262	69,88	3,72
Aquisição e Reparação de Equipamentos dos Serviços	72.831	140.000	212.831	43.273	839.751	59,42	8,47
Aquisição e Reparação de Meios de Transporte	84.995	494.885	579.880	54.750	625.774	64,42	10,72
Elaboração de instrumentos de Planeamento	300	140.000	140.300	0	0	0,00	0,00
Equipamentos para as Escolas	700	80.000	80.700	0	23.510	0,00	0,00
Ação Social	200	40.000	40.200	0	0	0,00	0,00
Beneficiação de Edifícios Escolares	29.496	60.000	89.496	17.966	6.560.660	60,91	3,52
Apoio e Promoção Habitacional	100	0	100	0	25.821	0,00	0,00
Abastecimento de Água	35.925	60.000	95.925	12.953	362.019	36,05	2,54
Saneamento	1.771	20.000	21.771	1.770	107.707	99,96	0,35
Resíduos Sólidos e Urbanos	15.742	165.300	181.042	10.481	97.158	66,58	2,05
Ambiente	600	170.000	170.600	0	3.268	0,00	0,00
Arruamentos e Espaços Públicos	74.608	450.000	524.608	38.745	710.713	51,93	7,58
Rede Viária Municipal	19.213	100.000	119.213	13.834	93.756	72,00	2,71
Iluminação Pública	0	20.000	20.000	0	17.374	0,00	0,00
Zonas Industriais	2.315	40.000	42.315	1.814	545.344	78,37	0,36
Aquisição de Imóveis	167.400	1.675.000	1.842.400	166.600	347.850	99,52	32,61
Apoio à Indústria	100	0	100	0	0	0,00	0,00
Desenvolvimento Económico - Fileira da Carne	15.475	30.750	46.225	3.075	17.712	19,87	0,60
Intervenção Social	800	210.000	210.800	0	5.921	0,00	0,00
Cultura	14.583	95.000	109.583	4.309	718.283	29,55	0,84
Desporto	34.371	120.000	154.371	25.487	139.418	74,15	4,99
Turismo	46.002	100.000	146.002	27.995	96.494	60,36	5,48
Cultura, desporto juventude e intervenção social	400	64.000	64.400	0	0	0,00	0,00
Saúde Proteção Civil e Segurança	400	62.000	62.400	0	2.000	0,00	0,00
Aquisição de capital	33.380	100.000	133.380	24.286	28.591	72,76	4,75
Aplicação de Obrigações do OE 2014	44.696	222.980	267.676	44.596	89.192	99,78	8,73
Total Geral:	723.584	4.879.915	5.603.499	510.929	11.575.576	70,61	100,00

Gráfico 1



Relativamente à execução do PPI, verifica-se que o Quadro Comunitário - Portugal 2020 - sofreu inúmeras dificuldades de implementação, tendo condicionado fortemente a capacidade de investimento do município.

Relativamente à execução do PPI destacam-se, pela sua importância, os seguintes investimentos:

A aquisição de imóveis mobilizou cerca de 32,61% da execução do PPI seguido da aquisição e reparação de meios de transporte que mobilizou 10,72%.

A aquisição e reparação de equipamentos de serviços mobilizaram cerca de 8,47%.

De destacar ainda o peso de 8,73% de aplicações de obrigações do Orçamento de Estado 2014, situação que obrigou os municípios a aplicar verbas significativas no FAM – Fundo de Emergência Municipal, mesmo aos municípios que possuem uma situação financeira sólida.

Quadro 6

Execução anual das Atividades mais Relevantes

Execução Anual das Actividades mais Relevantes			Ano 2016
Descrição	Montante Previsto	Montante executado	Nível Execução Anual (%)
	Ano	Ano	
Aquisição e Reparação de Equipamentos dos Serviços	6.162	4.126	66,97
Aquisição e Reparação de Meios de Transporte	1.718	735	42,81
Intervenções Coercivas	100	0	0,00
Ação Social - Cantinas Escolares; Apoio às Escolas e Famílias	57.420	56.979	99,23
Resíduos Sólidos Urbanos	1.792	1.366	76,21
Protocolo RURALENTEJO	100	0	0,00
FAME - Apoio à Indústria	100	0	0,00
Desenvolvimento Económico	50.200	50.000	99,60
Intervenção Social	349.222	318.522	91,21
Cultura	124.162	115.225	92,80
Desporto	170.476	155.228	91,06
Participação Supramunicipal	80.430	59.899	74,47
Natal do Município de Sousel	21.852	10.271	47,00
Saúde Protecção Civil e Segurança	140.450	139.550	99,36
Descentralização para Freguesias	229.719	174.569	75,99
Funcionamento Interno	146.528	92.306	63,00
Despesas com pessoal	2.426.173	2.379.770	98,09
Aquisição de bens e serviços	1.391.562	1.101.146	79,13
Juros e outros encargos	45.214	41.403	91,57
Transferências Correntes	13.237	11.112	83,95
Outras despesas correntes	98.969	76.511	77,31
Passivo Financeiro	405.400	405.397	100,00
Outras despesas capital	296.212	289.039	97,58
Despesas com Pessoal - AM	16.660	6.671	40,04
Aquisição de bens e serviços - AM	11.126	8.508	76,47
Delegação de competências - Educação	406.872	397.210	97,63
Delegação de competências - Saúde	4.944	4.588	0,00
Total Geral:	6.496.800	5.900.130	90,82

Na execução anual das AMR - Atividades Mais Relevantes verifica-se uma despesa de 6.496.800 €. A execução atingiu 90,82 % num total de 5.900.130 €.

A intervenção social e a promoção das atividades desportivas constituíram as ações com maior relevância, absorvendo respetivamente um peso de 5,40% e 2,63% da execução das AMR.



Seguidamente a maior expressão incide sobre a promoção das atividades culturais, juventude e intervenção, área onde a autarquia atuou de forma relevante, apresentando este programa um peso de 1,95% da execução das AMR.



3.4- RECEITA OBTIDA

Quadro 7

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DA RECEITA	Previsão 2016	Receita Cobrada 2016	Receita Cobrada 2015	Receita Cobrada 2014	Receita Cobrada 2013
Impostos directos	649.993	675.374	694.381	607.830	581.597
Impostos indirectos	18.900	25.700	12.121	22.603	10.203
Taxas multas e outras penalidades	34.800	35.544	38.664	31.896	41.378
Rendimentos de propriedade	308.400	221.567	330.730	360.960	308.004
Transferências correntes	4.286.471	4.178.731	3.704.823	3.045.938	2.931.188
Venda de bens e serviços correntes	1.005.330	812.300	730.330	737.887	795.759
Outras receitas correntes	13.300	53.706	30.747	9.205	23.153
Venda de bens de investimento	19.600	26.459	12.522	5.985	19.143
Transferências de capital	705.785	688.616	2.463.091	4.426.458	3.193.976
Activos financeiros	1.247	1.257	0	0	0
Passivos financeiros	0	0	189.758	165.953	0
Outras receitas de capital	23.500	46.668	39.644	34.420	0
Reposições não abatidas aos pagam.	1.100	459	0	946	12.622
Saldo da gerência anterior	151.958	151.958	305.818	211.227	443.534
TOTAL	7.220.384	6.918.337	8.552.629	9.661.308	8.360.558

Relativamente à receita obtida importa efetuar uma análise sobre os principais elementos:

1. Os impostos directos cobrados em 2016 foram inferiores aos cobrados em 2015 mas foram superiores aos cobrados em 2014 e 2013.
2. A crise económica que o país atravessa, refletiu-se na venda de bens de investimento que mesmo assim foi superior a 2015.
3. Os impostos indirectos de 2016 sofreram uma subida em relação ao ano 2015.
4. A venda de bens e serviços correntes atingiu um acréscimo por comparação a 2015 e 2014.
5. A maior e mais significativa fonte de financiamento da autarquia é registada pela transferência de fundos provenientes do Orçamento de Estado e fundos comunitários.
6. No que diz respeito a taxas, multas e outras penalidades, registou-se um decréscimo por referência a 2015.

4. ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL

O presente ponto do relatório de gestão pretende transportar o leitor para a concreta atividade da Câmara Municipal exercida durante o exercício de 2016.

Nestes termos analisa-se o trabalho efetuado no âmbito da contabilidade de custos, o seu estágio de desenvolvimento, os projetos, limitações e coerência com a estratégia da Gestão.

4.1. CONTABILIDADE DE CUSTOS

Segue-se a apreciação na ótica dos custos, procedendo-se à análise dos principais bens e serviços, bem como à evolução conseguida no tratamento da conta segundo o critério da contabilidade de custos, definidos nos pontos 2.8.3.3 e 2.8.3.4 do POCAL.

A informação que resulta da contabilidade de custos deverá ser analisada como a melhor informação disponível tendo em consideração as limitações com que a Câmara Municipal se depara no contexto do tratamento da informação através do sistema AIRC. Contudo, considera-se que esta informação é útil no contexto da compreensão das atividades levadas a cabo pela Câmara Municipal e do esforço económico que as mesmas representam.

Serviços de Educação

F	SERVIÇOS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
212 2120	Transportes Escolares	- €	48.106,55 €	99.990,56 €	172,67 €	134,88 €	148.269,78 €	31,75%
212 2121	Refeitórios Escolares	1.107,54 €	61.066,49 €	3.758,34 €	78.761,97 €	1.593,84 €	144.694,34 €	30,99%
212 2122	Prolongamentos Escolares	596,05 €	27.881,77 €	- €	250,64 €	87,84 €	28.728,46 €	6,15%
212 2123	Actividades Enriquecimento Curricular	380,12 €	11.294,68 €	1.549,61 €	27.189,90 €	- €	40.414,31 €	8,65%
212 2124	Actividades Extra Curriculares e Outras	5.221,33 €	15.288,00 €	- €	- €	- €	20.509,33 €	4,39%
212 2125	Escola de Música	634,99 €	10.091,26 €	1.741,12 €	14.692,36 €	92,91 €	27.159,73 €	5,82%
212 2127	Jardins de Infância	1.969,46 €	43.022,05 €	7.621,21 €	1.896,73 €	147,00 €	54.509,45 €	11,67%
212 2129	Prémios Escolares 2015	- €	- €	- €	2.620,07 €	- €	2.620,07 €	0,56%
212 4420	Transporte de Cursos EFA - Formação Profissional	- €	19,14 €	50,45 €	- €	- €	69,59 €	0,01%
EDUCAÇÃO - TOTAIS		9.909,49 €	216.769,94 €	114.711,29 €	125.584,34 €	2.056,47 €	466.975,06 €	100,00%
EDUCAÇÃO - TOTAIS %		2,12%	46,42%	24,56%	26,89%	0,44%	100,00%	

- O custo dos transportes escolares ascende a 148 mil €, valor bastante significativo no cômputo das despesas correntes



- Os custos com transportes escolares recaem sobretudo em custos com mão-de-obra e máquinas e viaturas que representam respetivamente 46,4% e 24,5% dos custos deste serviço.
- Os proveitos originados pelo centro de custos dos transportes escolares foram de 23 mil €.

- Os refeitórios escolares têm um custo de 144,6 mil €, onde grande parte dos custos é com pessoal.
- A venda de refeições escolares rondou os 17 mil €.



- As atividades de enriquecimento têm um custo de 40 mil €, onde os custos de pessoal e outros custos são os que mais contribuem para este valor.

F	BENS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
211 2100	Escola Primária Cano - Largo Rossio(Inv 290)	72,13 €	566,18 €	267,11 €	468,62 €	444,12 €	1.374,04 €	4,25%
211 2101	Pré-Primária Cano - Largo Rossio (Inv 63)	- €	56,28 €	10,39 €	398,06 €	373,56 €	464,73 €	1,44%
211 2102	Largo do Rossio(Cantina) - Cano F 64	- €	- €	- €	2.064,25 €	2.039,88 €	2.064,25 €	6,38%
211 2103	Escola Larg Dr Mâncio Canelas - C.Branca	8,95 €	313,49 €	112,24 €	24,50 €	- €	459,18 €	1,42%
211 2104	Escola Primária C.Branca - F 40	6,64 €	- €	- €	5.037,02 €	5.012,52 €	5.043,66 €	15,59%
211 2105	Escola Primária de Almadafe	- €	- €	- €	440,66 €	416,16 €	440,66 €	1,36%
211 2106	Escola Primária St Amaro R.Visc.d'Asseca Inv 42	256,57 €	1.024,26 €	291,23 €	3.218,90 €	3.194,40 €	4.790,96 €	14,81%
211 2107	Jardim Infância Santo Amaro - Rua D.Maria Luísa	- €	- €	- €	1.561,56 €	1.561,56 €	1.561,56 €	4,83%
211 2108	Escola Primária Sousel (Junto Kurika) - Inv 17	11,94 €	780,12 €	132,63 €	3.861,56 €	3.444,24 €	4.786,25 €	14,79%
211 2109	Escola Primária Sousel (Junto Paralelo) - Inv 56	1.205,81 €	184,02 €	81,78 €	2.348,44 €	1.931,16 €	3.820,05 €	11,81%
211 2110	Escola de Vale de Freixo - Casa Branca	- €	- €	- €	74,64 €	74,64 €	74,64 €	0,23%
211 2111	Jardim de Infância de Cano - Inv 36	- €	37,82 €	- €	2.557,56 €	2.557,56 €	2.595,38 €	8,02%
211 2112	Arranjos Exteriores - Escola EB1 de Sousel-Inv730	- €	- €	- €	1.470,36 €	1.470,36 €	1.470,36 €	4,54%
211 2113	B - Centro Escolar de Sousel	1.391,29 €	1.700,93 €	317,90 €	- €	- €	3.410,12 €	10,54%
EDUCAÇÃO - TOTAIS		2.953,33 €	4.663,10 €	1.213,28 €	23.526,13 €	22.520,16 €	32.355,84 €	100,00%
EDUCAÇÃO - TOTAIS %		9,13%	14,41%	3,75%	72,71%	69,60%	100,00%	

No que respeita aos bens do parque escolar, um custo significativo deve-se às amortizações dos edifícios, tendo estes um valor de 69% do total dos custos dos bens imóveis.



F	SERVIÇOS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
232	2320 Refeitório Estaleiro Municipal	1.827,92 €	9.237,23 €	1.292,43 €	6.203,56 €	110,40 €	18.561,14 €	6,49%
232	2321 CPCJ - Funcionamento	359,81 €	- €	92,20 €	932,61 €	246,00 €	1.384,62 €	0,48%
232	2322 Apoio Social	- €	6.409,75 €	4.375,85 €	9,59 €	- €	10.795,19 €	3,78%
232	2324 Apoio/Protocolo - Associações Sociais	88,55 €	2.492,20 €	588,40 €	70.830,72 €	- €	73.999,87 €	25,89%
232	2325 Projecto - Varinha Mágica	13.356,75 €	- €	- €	- €	- €	13.356,75 €	4,67%
232	4335 S - Loja Social	24,77 €	- €	7,75 €	339,99 €	128,52 €	372,51 €	0,13%
232	4342 Dadores de Sangue 2016	101,66 €	119,80 €	- €	- €	- €	221,46 €	0,08%
232	4343 APPACDM - Transporte Alunos - Portalegre	- €	10.777,56 €	8.660,26 €	23.325,98 €	- €	42.763,80 €	14,96%
232	4370 CERCISTREMOZ	245,00 €	- €	- €	- €	- €	245,00 €	0,09%
232	4374 Rede Social	848,39 €	50,27 €	368,28 €	538,37 €	- €	1.805,31 €	0,63%
232	4380 Projeto "Universidade Sénior"	1.638,15 €	3.839,89 €	497,08 €	13.243,51 €	- €	19.218,63 €	6,72%
232	4384 Casa do Povo de Santo Amaro	- €	- €	- €	3.500,00 €	- €	3.500,00 €	1,22%
232	4387 CAOS-Centro Atividades Ocupacionais de Sousel-Cano	- €	- €	- €	17,80 €	- €	17,80 €	0,01%
232	4389 Cabazes Natal	1.718,17 €	- €	- €	- €	- €	1.718,17 €	0,60%
232	4403 Apoio Social ao Emprego - CEI - CMS	- €	- €	- €	66.393,52 €	- €	66.393,52 €	23,23%
232	4405 Apoio Social ao Emprego - CEI - CMCS	- €	- €	- €	31.455,92 €	- €	31.455,92 €	11,01%
	ACÇÃO SOCIAL - TOTAIS	20.209,17 €	32.926,70 €	15.882,25 €	216.791,57 €	484,92 €	285.809,69 €	100,00%
	ACÇÃO SOCIAL - TOTAIS %	7,07%	11,52%	5,56%	75,85%	0,17%	100,00%	

- O refeitório municipal apresenta um custo de mais de 18 mil €, sendo 1,8 mil € de custos com materiais e 9,2 mil € com mão-de-obra.
- Os proveitos do refeitório municipal foram de 4,4 mil €.

F	BENS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
242	Estradas e Caminhos Municipais	2.583,26 €	33.714,92 €	25.031,65 €	416.799,16 €	416.639,76 €	478.128,99 €	70,56%
242	Arruamentos no Concelho	3.015,33 €	7.084,88 €	3.232,09 €	186.150,41 €	178.676,06 €	199.482,71 €	29,44%
	ORDENAMENTO TERRITÓRIO - TOTAIS	5.598,59 €	40.799,80 €	28.263,74 €	602.949,57 €	595.315,82 €	677.611,70 €	100,00%
	ORDENAMENTO TERRITÓRIO - TOTAIS %	0,83%	6,02%	4,17%	88,98%	87,86%	100,00%	

No que diz respeito à rede viária, a mesma constitui o principal centro de custos da autarquia, pois o valor das amortizações ascende a 595 mil €, cerca de 88% do valor total desta despesa.

Porém, o município de Sousel encontra-se empenhado em continuar com investimentos nesta área.

F	SERVIÇOS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
243	2430 Rede Esgotos Concelho	103,44 €	745,34 €	1.745,36 €	1.685,61 €	758,16 €	4.279,75 €	3,76%
243	2431 Limpeza Fossas Concelho	3,25 €	49,20 €	1.930,03 €	- €	- €	1.982,48 €	1,74%
243	2432 Recolha/Tratamento Efluentes ETAR'S	- €	- €	- €	105.850,60 €	- €	105.850,60 €	92,99%
243	2433 Águas Pluviais	- €	105,31 €	16,26 €	1.598,52 €	1.598,52 €	1.720,09 €	1,51%
	SANEAMENTO - TOTAIS	106,69 €	899,85 €	3.691,65 €	109.134,73 €	2.356,68 €	113.832,92 €	100,00%
	SANEAMENTO - TOTAIS %	0,09%	0,79%	3,24%	95,87%	2,07%	100,00%	

F	BENS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
243	1243 Rede Saneamento Sousel	183,27 €	1.212,86 €	437,32 €	26.099,43 €	25.830,84 €	27.932,88 €	37,03%
243	2243 Rede Saneamento Cano	11,64 €	377,77 €	205,87 €	19.312,38 €	19.043,40 €	19.907,66 €	26,39%
243	3243 Rede Saneamento Casa Branca	11,64 €	209,36 €	92,08 €	19.191,39 €	18.922,80 €	19.504,47 €	25,85%
243	4243 Rede Saneamento Santo Amaro	19,50 €	389,43 €	61,55 €	3.715,47 €	3.446,88 €	4.185,95 €	5,55%
243	5243 Rede Saneamento Almadafe	- €	- €	- €	685,48 €	679,80 €	685,48 €	0,91%
243	7243 ETAR-(Est.T.Águas Residuais)Z.Industrial-Sousel	- €	463,52 €	973,12 €	- €	- €	1.436,64 €	1,90%
243	9311 B - ETAR - (Est. T. Águas Residuais) - Almadafe	110,36 €	1.245,83 €	428,84 €	- €	- €	1.785,03 €	2,37%
	SANEAMENTO - TOTAIS	336,41 €	3.898,77 €	2.198,78 €	69.004,15 €	67.923,72 €	75.438,11 €	100,00%
	SANEAMENTO - TOTAIS %	0,45%	5,17%	2,91%	91,47%	90,04%	100,00%	

F	BENS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
244 0244	Reservatório R1 e R1/A - Serra de Sousel	- €	- €	- €	3.973,92 €	3.973,92 €	3.973,92 €	1,70%
244 0294	Reservatório Água - R3 - Santo Amaro	- €	- €	- €	5.444,28 €	5.444,28 €	5.444,28 €	2,33%
244 1024	Rede Baixa Distr Água Concelho Sousel	- €	- €	- €	85.360,25 €	85.337,88 €	85.360,25 €	36,48%
244 1124	EN n.º.372 - Depósito de Água - Cano	- €	- €	- €	487,56 €	487,56 €	487,56 €	0,21%
244 1224	Depósito Água de Casa Branca	184,20 €	32,16 €	16,74 €	574,80 €	574,80 €	807,90 €	0,35%
244 1244	Rede Águas Sousel	811,85 €	3.469,32 €	916,06 €	3.954,21 €	3.941,76 €	9.151,44 €	3,91%
244 1324	Depósito Água B.Pandina - Stº.Amaro	- €	- €	66,40 €	125,52 €	125,52 €	191,92 €	0,08%
244 1424	Depósito Água - Santo Amaro	21,42 €	268,72 €	75,05 €	300,96 €	300,96 €	666,15 €	0,28%
244 1524	Depósito Água Subterrâneo - Sousel	- €	- €	- €	767,16 €	767,16 €	767,16 €	0,33%
244 1624	Horta da Roda(3 Cabin. Vigil/Água) - Sousel	- €	668,13 €	138,54 €	581,64 €	581,64 €	1.388,31 €	0,59%
244 1724	Largo do Castelo(Depósito de Água) - Sousel	- €	- €	- €	525,96 €	525,96 €	525,96 €	0,22%
244 1824	Serra S.Bartolomeu(Depósito Água) - Sousel	136,53 €	137,97 €	71,24 €	247,80 €	247,80 €	593,54 €	0,25%
244 1924	Hidropneumático-B. Dr Fran. Sá Carneiro - Sousel	- €	- €	- €	455,88 €	455,88 €	455,88 €	0,19%
244 2124	Reservatório de Água(R2A) - M do Outeiro	- €	- €	- €	5.899,32 €	5.899,32 €	5.899,32 €	2,52%
244 2224	Tanque Municipal(Junto ao Monte do Benavente)	35,27 €	- €	- €	609,60 €	609,60 €	644,87 €	0,28%
244 2244	Rede Águas Cano	416,46 €	2.294,06 €	1.311,49 €	- €	- €	4.022,01 €	1,72%
244 2324	Tanque Municipal(Junto à Rua do Nascente)	- €	- €	- €	86,52 €	86,52 €	86,52 €	0,04%
244 2724	Balneários de Vale de Freixo	- €	- €	- €	132,48 €	132,48 €	132,48 €	0,06%
244 2824	Balneários de Almadafé	145,14 €	- €	- €	103,20 €	103,20 €	248,34 €	0,11%
244 3244	Rede Águas Casa Branca	479,47 €	2.658,80 €	957,85 €	1.118,16 €	1.118,16 €	5.214,28 €	2,23%
244 4244	Rede Águas Santo Amaro	110,49 €	1.437,05 €	935,13 €	692,64 €	692,64 €	3.175,31 €	1,36%
244 5244	Rede Águas Almadafé	- €	43,13 €	- €	8.189,71 €	6.353,88 €	8.232,84 €	3,52%
244 6244	Central das Romeiras	5,70 €	- €	- €	11.519,14 €	11.519,14 €	11.524,84 €	4,93%
244 7244	Furo Anexo Central Romeiras - Cano	- €	- €	- €	832,32 €	832,32 €	832,32 €	0,36%
244 8244	ETA(Estação Tratamento Águas) - Cano	520,41 €	- €	- €	- €	- €	520,41 €	0,22%
244 9244	Rede Alta/Reservatório Distr Água Concelho Sousel	- €	- €	- €	64.891,68 €	64.300,08 €	64.891,68 €	27,73%
244 9260	Tanque Municipal de Santo Amaro	- €	- €	- €	142,92 €	142,92 €	142,92 €	0,06%
244 9305	Telegestão - Abastecimento de Água	- €	- €	- €	18.580,69 €	18.580,69 €	18.580,69 €	7,94%
244 9336	B - Lago da Rotunda da Avenida 25 Abril - Sousel	21,78 €	- €	- €	- €	- €	21,78 €	0,01%
	ÁGUA - TOTAIS	2.888,72 €	11.009,34 €	4.488,50 €	215.598,32 €	213.136,07 €	233.984,88 €	100,00%
	ÁGUA - TOTAIS %	1,23%	4,71%	1,92%	92,14%	91,09%	100,00%	



- Os custos com o saneamento ascendem a 189 mil €, dos quais 106 mil € correspondem a serviços prestados no tratamento de efluentes pelas Águas do Norte Alentejano e 70 mil € de amortizações.

Do lado dos proveitos, o saneamento gerou um proveito de 180,5 mil €.

F	SERVIÇO	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
244 2440	Serviço Águas Concelho	674,02 €	34.226,08 €	4.035,94 €	65.277,99 €	3.458,78 €	104.214,03 €	57,94%
244 2441	Instalação Contadores Concelho	1.965,69 €	2.858,26 €	639,45 €	- €	- €	5.463,40 €	3,04%
244 2442	Central Romeiras - Funcionamento	23.017,16 €	30.368,31 €	14.837,90 €	363,92 €	222,24 €	68.587,29 €	38,14%
244 2443	Limp Tanques/Balneários/Lago	127,97 €	441,40 €	261,85 €	623,85 €	45,37 €	1.455,07 €	0,81%
244 4379	Energia abastecimento de água	44,80 €	65,61 €	20,78 €	- €	- €	131,19 €	0,07%
	ÁGUA - TOTAIS	25.829,64 €	67.959,66 €	19.795,92 €	66.265,76 €	3.726,39 €	179.850,98 €	100,00%
	ÁGUA - TOTAIS %	14,36%	37,79%	11,01%	36,84%	2,07%	100,00%	

- Quanto aos custos de funcionamento do serviço de águas, foi apurado um valor de 179,8 mil €.
- Dos 215 mil € de outros custos imputados aos imóveis da água, 213 mil € correspondem a custos de amortização.
- De referir que a receita da venda de água foi de 226,3 mil €.



F	SERVIÇOS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
245	2450 Recolha Municipal (RSU)	1.159,46 €	57.416,28 €	87.473,97 €	1.648,18 €	1.616,24 €	147.697,89 €	54,33%
245	2452 Custos c/ VALNOR	- €	6.578,34 €	12.333,65 €	95.153,24 €	- €	114.065,23 €	41,96%
245	2453 Limpeza das Vias Públicas	104,98 €	8.302,89 €	1.558,67 €	126,84 €	126,84 €	10.093,38 €	3,71%
	RSU'S - TOTAIS	1.264,44 €	72.297,51 €	101.366,29 €	96.928,26 €	1.743,08 €	271.856,50 €	100,00%
	RSU'S - TOTAIS %	0,47%	26,59%	37,29%	35,65%	0,64%	100,00%	

- O serviço de recolha de RSU apresenta um custo total de 271,8 mil €, correspondendo 114 mil € a despesas com a Valnor e o restante valor proveniente da componente de recolha e limpeza pública. O custo com a Valnor representa cerca de 42 % do valor total da despesa.
- Os custos mais significativos correspondem a mão-de-obra – 72,2 mil € e máquinas 101 mil €.
- De referir que a receita dos RSU'S foi de 198,3 mil €.



F	BENS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
251	0251 Biblioteca	101,55 €	634,43 €	37,25 €	4.378,47 €	4.291,44 €	5.151,70 €	11,77%
251	1251 Centro Social, Cultural e Polivalente de Sousel	141,50 €	281,40 €	47,90 €	25.357,27 €	25.357,27 €	25.828,07 €	59,01%
251	3251 Centro Cultural do Almadafé	2.226,35 €	- €	- €	- €	- €	2.226,35 €	5,09%
251	4251 Suportes de Publicidade e Propaganda	12,60 €	103,99 €	94,99 €	- €	- €	211,58 €	0,48%
251	9302 B-Quiosque C.Social, Cultural e Polivalente	- €	38,92 €	5,47 €	10.305,84 €	10.132,44 €	10.350,23 €	23,65%
	CULTURA - TOTAIS	2.482,00 €	1.058,74 €	185,61 €	40.041,58 €	39.781,15 €	43.767,93 €	100,00%
	CULTURA - TOTAIS %	5,67%	2,42%	0,42%	91,49%	90,89%	100,00%	

- Dos 43,7 mil € de custos imputados aos equipamentos culturais, 91% correspondem a custos de amortização.

F	SERVIÇOS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
251	2507 Eventos de Cultura	5.485,62 €	30.286,05 €	4.265,17 €	37.219,71 €	735,00 €	77.256,55 €	29,86%
251	2510 Serviço na Biblioteca	1.653,45 €	29.373,64 €	443,39 €	17.591,81 €	7.507,26 €	49.062,29 €	18,96%
251	2511 Centro Social, Cultural e Polivalente Sousel	702,74 €	353,18 €	1.257,53 €	9.823,86 €	355,37 €	12.137,31 €	4,69%
251	2512 Museu	423,74 €	35.241,69 €	162,01 €	192,71 €	192,71 €	36.020,15 €	13,92%
251	2513 Apoio/Protocolo - Ass. Culturais	- €	1.926,55 €	13.685,28 €	68.241,78 €	- €	83.853,61 €	32,41%
251	2519 Exposições/Eventos (Equipamento)	57,15 €	- €	- €	197,76 €	197,76 €	254,91 €	0,10%
251	4307 Jardim do C.Social, Cult e Polivalente Sousel	- €	- €	- €	153,36 €	153,36 €	153,36 €	0,06%
	CULTURA - TOTAIS	8.322,70 €	97.181,11 €	19.813,38 €	133.420,99 €	9.141,46 €	258.738,18 €	100,00%
	CULTURA - TOTAIS %	3,22%	37,56%	7,66%	51,57%	3,53%	100,00%	

- Quanto aos custos de funcionamento, foi apurado um valor de 97 mil € de custos com pessoal, dos quais 29,3 mil € relativos ao funcionamento da Biblioteca e 35 mil € relativos a funcionamento do Museu.



F	SERVIÇOS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
252	0252 Complexo Desportivo Municipal(Relv.Sintético)	88,40 €	13.199,13 €	25,61 €	7.112,41 €	817,64 €	20.425,55 €	3,96%
252	2520 Pavilhão e Piscina - Funcionamento	27.259,01 €	59.421,23 €	2.206,60 €	67.043,20 €	6.818,25 €	155.930,04 €	30,25%
252	2522 Apoio/Protocolo - Assoc Desportivas	- €	996,64 €	1.441,90 €	9.912,83 €	- €	12.351,37 €	2,40%
252	4355 S - Piscinas Descobertas - Complexo Desportivo	565,48 €	- €	89,70 €	2.513,90 €	999,24 €	3.169,08 €	0,61%
252	2523 Actividades Desporto, Recreio e Lazer	35.840,24 €	84.699,31 €	48.588,01 €	154.484,40 €	36,36 €	323.611,96 €	62,78%
	DESPORTO - TOTAIS	63.753,13 €	158.316,31 €	52.351,82 €	241.066,74 €	8.671,49 €	515.488,00 €	100,00%
	DESPORTO - TOTAIS %	12,37%	30,71%	10,16%	46,76%	1,68%	100,00%	

F	BENS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
252	0252 Pavilhão e Piscina - Manutenção e Beneficiação	336,02 €	79,75 €	7,80 €	8.717,56 €	8.609,95 €	9.141,13 €	8,09%
252	1252 Complexo Desportivo Municipal(Relv. Sintético)	- €	- €	- €	68.196,87 €	61.102,08 €	68.196,87 €	60,38%
252	2252 Campo Polidesportivo de Stº. Amaro(Inv 501)	- €	28,50 €	5,11 €	3.716,04 €	3.716,04 €	3.749,65 €	3,32%
252	3252 Parques Infantis	- €	- €	- €	8.979,48 €	7.960,32 €	8.979,48 €	7,95%
252	4252 Mini Campo Futebol Sintético - C.Branca	- €	- €	- €	5.606,88 €	5.606,88 €	5.606,88 €	4,96%
252	9259 Polidesportivo Cano	2,83 €	23,98 €	- €	737,88 €	737,88 €	764,69 €	0,68%
252	9301 Piscinas Descobertas Sousel - C. Desportivo	- €	- €	- €	12.900,62 €	12.900,62 €	12.900,62 €	11,42%
252	9314 Campo Polidesportivo(Bombeiros Sousel)	- €	- €	- €	3.613,56 €	3.613,56 €	3.613,56 €	3,20%
	DESPORTO - TOTAIS	338,85 €	132,23 €	12,91 €	112.468,89 €	104.247,33 €	112.952,88 €	100,00%
	DESPORTO - TOTAIS %	0,30%	0,12%	0,01%	99,57%	92,29%	100,00%	

- O custo de amortização de equipamento desportivo é de 112,9 mil €.
- Foi apurado um custo de funcionamento dos serviços de desporto de 515 mil €, grande parte associada ao funcionamento do Pavilhão e Piscina e às Atividades de Desporto, Recreio e Lazer.
- Quanto aos proveitos obtidos no desporto foram de 15,9 mil €.



F	SERVIÇOS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
111	0001 Assembleia Municipal	77,74 €	- €	- €	688,92 €	474,12 €	766,66 €	0,04%
111	0002 Presidência	- €	82.672,80 €	51.336,24 €	23.363,64 €	486,13 €	157.372,68 €	8,75%
111	0003 Gabinete de Apoio à Presidência	2.695,36 €	62.014,27 €	16.311,41 €	16.474,62 €	644,04 €	97.495,66 €	5,42%
111	0005 Serviço de Informática	1.531,88 €	82.706,40 €	925,54 €	75.347,21 €	54.659,54 €	160.511,03 €	8,93%
111	0006 Imagem e Comunicação	2.588,24 €	32.039,79 €	336,47 €	5.289,22 €	453,12 €	40.253,72 €	2,24%
111	0007 Atendimento aos Cidadãos	875,67 €	81.813,82 €	27,77 €	10.719,01 €	6.669,56 €	93.436,27 €	5,20%
111	0008 Divisão Administrativa e Financeira	224,30 €	57.002,40 €	- €	54.544,60 €	242,44 €	111.771,30 €	6,22%
111	0009 Adm. Expediente Geral e Arquivo	- €	7.979,37 €	45,48 €	22.599,78 €	197,88 €	30.624,63 €	1,70%
111	0010 Gestão de Recursos Humanos	3.624,67 €	37.783,20 €	37,95 €	- €	- €	41.445,82 €	2,31%
111	0011 Serv. Jurídico, Cont. Exec e Cont Ord e Cobrança	- €	23.402,40 €	- €	13.530,00 €	- €	36.932,40 €	2,05%
111	0012 Contabilidade e Finanças	876,16 €	101.808,00 €	- €	8.944,87 €	405,06 €	111.629,03 €	6,21%
111	0013 Aprovisionamento e Património	794,92 €	47.376,00 €	102,92 €	8.801,71 €	262,00 €	57.075,55 €	3,17%
111	0014 Tesouraria	328,43 €	14.061,60 €	- €	3.255,17 €	2.096,05 €	17.645,20 €	0,98%
111	0015 Reaproveitamento	124,39 €	- €	- €	- €	- €	124,39 €	0,01%
111	0016 Serviços Administrativos DUAQ	753,33 €	34.797,38 €	286,49 €	4.313,65 €	302,47 €	40.150,85 €	2,23%
111	0017 Serviço de Fiscalização	- €	17.784,89 €	1.021,98 €	17,00 €	- €	18.823,87 €	1,05%
111	0018 Gabinete Técnico	678,17 €	60.091,21 €	444,34 €	255,08 €	246,83 €	61.468,80 €	3,42%
111	0019 Sector de Gestão Urbanística	40,55 €	80.178,00 €	- €	2.212,28 €	24,77 €	82.430,83 €	4,58%
111	0020 Sector de Planeamento	58,18 €	18.986,59 €	- €	7.380,00 €	- €	26.424,77 €	1,47%
111	0023 Gabinete Técnico Florestal	8,43 €	- €	- €	- €	- €	8,43 €	0,00%
111	0024 Divisão de Obras e Serviços Urbanos	20,95 €	250,74 €	- €	173,95 €	173,95 €	445,64 €	0,02%
111	0025 Parque de Máquinas - Funcionamento	119,28 €	8.564,66 €	3.005,08 €	2.791,35 €	2.729,03 €	14.480,37 €	0,81%
111	0026 Oficina Electricidade	521,00 €	- €	- €	99,19 €	- €	620,19 €	0,03%
111	0028 Serviço Mecânica - Oficina Auto	513,13 €	- €	31,56 €	712,05 €	712,05 €	1.256,74 €	0,07%
111	0029 Serviço de Serralharia	941,93 €	- €	- €	1.153,23 €	68,28 €	2.095,16 €	0,12%
111	0031 Serviço de Alumínios	- €	- €	- €	672,02 €	205,92 €	877,94 €	0,04%
111	0032 Transporte Pessoal p/Estaleiro	- €	523,23 €	6.288,31 €	- €	- €	6.811,54 €	0,38%
111	0033 Transp. Materiais/Máquinas-Diversos	- €	352,56 €	7.675,22 €	- €	- €	8.027,78 €	0,45%
111	0034 Trabalhos por Conta de Particulares	- €	118,08 €	99,60 €	- €	- €	217,68 €	0,01%
111	0035 Div Turismo, Cult, Desporto, Juv e R.Social	- €	22.978,62 €	5.061,32 €	14.090,95 €	- €	42.130,89 €	2,34%
111	0036 Edifício da Câmara Municipal	2.938,18 €	19.405,13 €	203,65 €	28.865,60 €	289,32 €	51.412,56 €	2,86%
111	0037 Formações	- €	105,81 €	114,08 €	8.893,70 €	- €	9.113,59 €	0,51%
111	0038 Serviços Municipais - Geral	- €	- €	- €	115,67 €	109,44 €	225,11 €	0,01%
111	0039 Div. de Águas, Saneamento e Resíduos	1.082,55 €	27.295,80 €	- €	9.677,17 €	188,64 €	38.055,52 €	2,12%
111	0040 Armazém - Quintal do Arneiro - Funcionamento	1.304,60 €	12.378,79 €	158,77 €	9.865,02 €	3.092,66 €	23.707,18 €	1,32%
111	0041 Div. Educação, A.Social, Saúde e Habitação	- €	82.200,19 €	1.298,79 €	5.125,30 €	499,44 €	88.624,28 €	4,93%
111	0044 Apoio às Juntas de Freguesia	448,15 €	2.877,51 €	5.644,20 €	169.303,02 €	- €	178.272,88 €	9,92%
111	0047 Serviço de Carpintaria	38,13 €	- €	45,68 €	- €	- €	83,81 €	0,00%
111	0051 CIMAA - Quotização Mensal	- €	- €	- €	14.440,56 €	- €	14.440,56 €	0,80%
111	0052 ADPD - Ass Desenv. Portalegre Digital - Quotização	- €	- €	- €	3.600,00 €	- €	3.600,00 €	0,20%
111	0053 AMNA - Ass. Municípios Norte Alentejano-Quotização	- €	- €	- €	10.926,42 €	- €	10.926,42 €	0,61%
111	0054 GADE - Gab. Apoio Desenvolvimento Económico	178,33 €	23.402,40 €	26,10 €	14.432,25 €	13.366,32 €	38.039,08 €	2,12%
111	0055 Serviço de Pintura Auto	6,81 €	- €	185,80 €	287,82 €	287,82 €	480,43 €	0,03%
111	0057 ANMP - Ass. Nacional de Municípios Portugueses	- €	- €	- €	4.227,72 €	- €	4.227,72 €	0,24%
111	4378 Div Águas, Saneamento, Resíduos e Obras Municipais	1.259,76 €	58.866,54 €	11.157,69 €	245,08 €	- €	71.529,07 €	3,98%
111	4395 Setor Turismo	152,11 €	- €	- €	- €	- €	152,11 €	0,01%
111	4411 S - Novo Edifício da DASROM - Escritórios(2 Fase)	1.205,74 €	- €	- €	31,82 €	- €	1.237,56 €	0,07%
111	4414 S - Edifício da DASROM - Escritórios(1 Fase)	705,61 €	- €	- €	- €	- €	705,61 €	0,04%
ADMINISTRAÇÃO GERAL - TOTAIS		26.716,68 €	1.101.818,18 €	111.872,44 €	557.466,65 €	88.886,88 €	1.797.873,95 €	100,00%
ADMINISTRAÇÃO GERAL - TOTAIS %		1,49%	61,28%	6,22%	31,01%	4,94%	100,00%	

- A análise que se segue corresponde ao apuramento dos custos dos serviços municipais.
- Embora registando assinaláveis avanços na classificação dos custos, a dificuldade sentida provém grande parte das vezes de limitações ao nível do próprio programa utilizado (Programa AIRC) que, devido à rigidez da sua conceção, não permite melhores resultados.
- Contudo, não obstante esse facto, durante o ano 2015 foi melhorada a forma de distribuição e apuramento de custos, nomeadamente de custos com pessoal, sendo de igual forma elaborada uma matriz de imputação de custos gerais de energia;
- Desta forma é possível ter uma noção dos principais custos associados aos serviços administrativos e técnicos, com relevância para os custos com pessoal que ascendem a 1,8 milhões de €, bem como os custos com aquisição de serviços que representam o grosso dos 501,6 mil € apurados em outros custos.
- Para eventuais decisões, ao nível da gestão, sobre a natureza dos custos associados a cada serviço recomenda-se a leitura do Balancete por Serviços, desagregado por custos de materiais e por outros custos diretos com movimentos a resultados.

F	RESUMO POR FUNÇÃO	VALOR TOTAL C/CUST. INDIRETOS	PESO %
111	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.897.597,16 €	29,06%
242	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	698.604,67 €	10,70%
252	DESPORTO, RECREIO E LAZER	657.879,15 €	10,08%
244	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	488.671,18 €	7,48%
212	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	478.175,95 €	7,32%
245	RESÍDUOS SÓLIDOS	330.217,28 €	5,06%
211	ENSINO NÃO SUPERIOR	319.323,46 €	4,89%
251	CULTURA	310.815,21 €	4,76%
232	AÇÃO SOCIAL	298.908,37 €	4,58%
243	SANEAMENTO	203.718,96 €	3,12%
121	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	202.310,26 €	3,10%
320	INDÚSTRIA E ENERGIA	178.807,66 €	2,74%
246	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO NATUREZA	106.351,63 €	1,63%
430	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	89.064,55 €	1,36%
310	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	57.609,45 €	0,88%
241	HABITAÇÃO	48.184,38 €	0,74%
221	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	43.289,27 €	0,66%
350	OUTRAS FUNÇÕES E ECONÓMICAS	42.692,29 €	0,65%
341	MERCADOS E FEIRAS	31.481,89 €	0,48%
210	EDUCAÇÃO	15.173,08 €	0,23%
253	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	12.941,32 €	0,20%
331	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	11.594,87 €	0,18%
330	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	5.785,67 €	0,09%
340	COMERCIO E TURISMO	472,15 €	0,01%
220	SAÚDE	9,22 €	0,00%
342	TURISMO	- €	0,00%
TOTAL		6.529.679,08 €	100,0%

Ainda assim, pode concluir-se com alguma margem de segurança que os custos apurados na contabilidade analítica correspondem à planificação inicial da gestão. Contudo, não podemos deixar de referir que os custos de amortizações influenciam substancialmente os resultados.

5. DÍVIDA TOTAL

O endividamento autárquico deve orientar-se por princípios de rigor e eficiência, prosseguindo determinados objetivos, entre os quais importa destacar:

- a) Minimização de custos diretos e indiretos numa perspectiva de longo prazo;
- b) Garantia de uma distribuição equilibrada de custos pelos vários orçamentos anuais;
- c) Prevenção de excessiva concentração temporal de amortizações;
- d) Não exposição a riscos excessivos.

O cumprimento destes objetivos visa sobretudo a solidariedade recíproca e a equidade intergeracional.

Em 01 de Janeiro de 2014 entrou em vigor o novo regime financeiro das autarquias locais, que veio alterar substancialmente o conceito de endividamento, tal como era entendido até então.

Assim, passou a existir um novo conceito – Dívida Total – que, nos termos previstos no artigo 52º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, incluindo no cálculo as entidades previstas no artigo 54.º do mesmo diploma legal, isto é, a dívida da Comunidade Intermunicipal, associações municipais constituídas ao abrigo do direito público ou privado, as empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e as entidades de outra natureza participadas não exclusivamente por municípios desde que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências destes.

A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Acresce que as entidades que cumpram o limite da dívida total, só podem aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios, nos termos previstos no artigo 52º do Regime financeiro das autarquias locais.

Para uma correta análise dos limites legais da dívida total apresenta-se o Quadro 8, cuja análise faz parte integrante do presente relatório.

Quadro 8

Receita Corrente	
Ano 2013	4.691.281,85 €
Ano 2014	4.809.560,27 €
Ano 2015	5.533.692,09 €
Soma 3 Anos	15.034.534,21 €
Média dos 3 Anos	5.011.511,40 €
Média dos 3 Anos x 1,5	7.517.267,11 €
Calculo da Dívida Total	
Endividamento Bancário	2.950.066,98 €
Terceiros não Financeiros	702.511,45 €
Dívida Participadas	20.960,88 €
Total da Dívida	3.673.539,31 €
Dívida de OT	52.098,62 €
Fundo Apoio Municipal - Art 98º OE 2015	222.977,60 €
Dívida Orçamental Total	3.398.463,09 €
Total da Dívida a 01/01/2016	3.928.253,40 €
Margem da dívida total utilizavel em 2016	717.802,74 €
Margem da dívida total para 2016	4.646.056,14 €
Dívida orçamental Total a 31/12/2016	3.398.463,09 €
Margem disponível	1.247.593,05 €

Nestes termos, em 31 de dezembro de 2016, o Município de Sousel possui uma capacidade de dívida total, no montante de 7.517.267,11€, tendo utilizado 3.398.463,09€, encontrando-se assim, com uma margem total de 4.118.804,02€. Contudo, por força do disposto no artigo 52º, em 31-12-2016, o município de Sousel regista uma margem disponível de 1.247.593,05€.

Esta margem disponível poderia situar-se em 1.268.553,93€, se não integrasse a dívida das entidades participadas.

Importa referir que para cumprimento do estabelecido no Orçamento de Estado para 2015, o Município lançou integralmente na sua conta, o montante de 312.169,60€, referente à contribuição devida, em 7 anos, para o Fundo de Apoio Municipal. Este montante vai diminuindo anualmente em 44.596,00€, sendo este o valor a pagar.

A Lei do OE de 2015 define no seu artigo 98º que o montante acima descrito não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Contudo, não podemos deixar de referir que o incumprimento sucessivo da Lei das Finanças Locais tem prejudicado gravemente o desempenho do Município. O quadro abaixo é demonstrativo dos valores que deixaram de ser recebidos pelo Município de Sousel nos exercícios de 2008 a 2016.

Quadro 9

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
FEF Município Sousel	3.766.696,00 €	3.954.304,00 €	3.988.687,00 €	3.793.199,00 €	3.580.481,00 €	3.580.481,00 €	3.507.569,00 €	3.658.208,00 €	3.445.217,00 €
Valor da LFL	3.953.665,30 €	3.953.665,30 €	4.151.348,56 €	4.151.348,56 €	4.151.348,56 €	4.358.915,99 €	3.507.569,00 €	3.682.947,45 €	3.867.094,82 €
Diferença	-186.969,30 €	638,70 €	-162.661,56 €	-358.149,56 €	-570.867,56 €	-778.434,99 €	0,00 €	-24.739,45 €	-421.877,82 €
Valor em dívida para cumprimento das LFL	-2.503.061,55 €								

Quadro 10

ESTRUTURA DA DÍVIDA									
CONTA			%		%		%		%
	DÍVIDAS A TERCEIROS	2013	2013	2014	2014	2015	2015	2016	2016
221 e 228	FORNECEDORES	386.371	9,11%	290.901	6,00%	219.203	5,17%	257.572	7,05%
2312 e 2613	EMPRÉSTIMOS E LEASINGS	3.851.163	90,76%	3.593.567	74,11%	3.395.050	80,01%	2.950.067	80,77%
24	ESTADO	38.791	0,91%	41.926	0,86%	69.488	1,64%	75.354	2,06%
2611+2614+2618	FORNECEDORES IMOB	625.140	14,73%	554.033	11,43%	230.239	5,43%	122.236	3,35%
217+262+263+267+268	OUTROS CREDITORES	25.817	0,61%	368.803	7,61%	329.266	7,76%	247.350	6,77%
	TOTAL	4.927.283	100%	4.849.229	100%	4.243.246	100%	3.652.578	100%
	DÍVIDAS DE TERCEIROS	2013	2013	2014	2014	2015	2015	2016	2016
28	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	-	0,00%
211+212+213	CLIENTES E UTENTES	68.955	6,59%	137.360	14,42%	171.188	16,36%	57.832	13,14%
218	CLIENTES DE C. DUVIDOSA	162.289	15,51%	130.398	13,68%	135.076	12,91%	147.185	33,44%
24	ESTADO	41.767	3,99%	96.263	10,10%	113.392	10,83%	167.915	38,15%
262+263+267+268	OUTROS DEVEDORES	408.554	39,04%	588.843	61,80%	626.962	59,90%	67.186	15,27%
	TOTAL	681.565	100%	952.864	100%	1.046.619	100%	440.117	100%

Em matéria de endividamento importa ainda efetuar uma breve referência à estrutura da dívida, situação que passamos a analisar:

- As dívidas a fornecedores sofreram decréscimo de 0,20 pontos percentuais, no peso total de Dívidas a Terceiros em 2016, por comparação com as dívidas a fornecedores registados no peso total de Dívidas a Terceiros em 2015;
- Em matéria de empréstimos de médio e longo prazo e leasings registou-se um decréscimo real de 444.983€. Acresce que, este valor no peso total de Dívidas a Terceiros em 2016, por comparação com o peso total da Dívidas a Terceiros em 2013, sofreu um decréscimo de 9,99 pontos percentuais;
- Relativamente aos fornecedores de imobilizado, estes valores sofreram um decréscimo de 2,08 pontos percentuais em comparação com o ano 2015;
- No que se refere a dívidas de terceiros, estas registaram um decréscimo em relação aos anos anteriores, motivado pelo encerramento do quadro comunitário.

6. INDICADORES

	AB	N AP	AL	N-1 AL	N-2 AL
Imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
451 Terrenos e recursos naturais	2.100.928,31	0,00	2.100.928,31	2.100.928,31	2.100.928,31
452 Edifícios	698.298,53	107.909,41	590.389,12	601.222,36	612.055,60
453 Outras construções e infra-estruturas	26.926.161,24	15.539.192,34	11.386.968,90	12.215.669,83	13.559.628,07
455 Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
459 Outros bens de domínio público	9.203,51	9.203,51	0,00	0,00	0,00
445 Imobilizações em curso	844,00	0,00	844,00	6.017,62	0,00
446 Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431 Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	1.913,88	0,00
432 Despesas de investigação e desenvolvimento	514.160,73	265.402,54	248.758,19	299.412,37	274.115,56
433 Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443 Imobilizações em curso	3.075,00	0,00	3.075,00	115.073,55	159.804,59
449 Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
421 Terrenos e recursos naturais	2.422.683,30	0,00	2.422.683,30	2.438.632,18	2.480.148,48
422 Edifícios e outras construções	16.572.381,98	2.020.683,68	14.551.698,30	13.750.403,68	8.473.150,84
423 Equipamento básico	2.866.937,27	2.080.838,10	786.099,17	1.003.729,14	494.504,43
424 Equipamento de transporte	2.207.697,92	1.709.723,87	497.974,05	596.795,74	647.235,97
425 Ferramentas e utensílios	27.076,84	26.852,50	224,34	270,06	315,78
426 Equipamento administrativo	1.011.038,64	921.052,73	89.985,91	121.363,42	77.440,53
427 Tarefas e vasilhame	2.446,85	2.446,85	0,00	0,00	0,00
429 Outras imobilizações corpóreas	470.652,22	33.469,86	437.182,36	434.316,51	434.316,51
442 Imobilizações em curso	81.907,19	0,00	81.907,19	1.156.169,61	5.528.082,33
448 Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
411 Partes de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	-223.730,22
412 Obrigações e títulos de participação	898.959,52	77.434,93	821.524,59	809.114,99	453.745,55
414 Investimentos em imóveis	444.361,14	344.011,95	100.349,19	131.229,51	141.428,77
415 Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	1.247,00	1.247,00
441 Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447 Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Circulante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Existências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36 Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	38.324,85	0,00	38.324,85	48.762,17	48.291,19
35 Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34 Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33 Produto acabados e intermediários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32 Mercadorias	6.247,95	0,00	6.247,95	0,00	0,00
37 Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívidas de terceiros - Curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28 Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211 Clientes, c/c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
212 Contribuintes, c/c	1.004,17	0,00	1.004,17	956,20	816,03
213 Utentes, c/c	56.827,45	0,00	56.827,45	170.232,10	136.544,31
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	147.185,04	135.786,59	11.398,45	9.188,91	1.809,22
251 Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
229 Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2619 Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24 Estado e outros entes públicos	167.914,63	0,00	167.914,63	113.392,26	96.262,81
264 Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
262 + 263 + 267 + 268	67.185,90	0,00	67.185,90	626.962,25	588.843,09
Outros devedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos negociáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151 Ações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152 Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153 Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159 Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18 Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em instituições financeiras e caixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 Depósitos em instituições financeiras	555.786,55	0,00	555.786,55	202.247,16	353.418,95
11 Caixa	3.590,70	0,00	3.590,70	7.401,31	4.038,64
Acréscimos e diferimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
271 Acréscimos de proveitos	104.583,27	0,00	104.583,27	11.556,01	47.791,66
272 Custos diferidos	15.541,58	0,00	15.541,58	17.377,87	15.056,29
Fundos próprios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51 Património	10.545.290,95	0,00	10.545.290,95	10.539.930,95	10.504.230,95
55 Ajustamento de partes de capital em empresas	-244.003,91	0,00	-244.003,91	-991.661,61	-1.570.761,27
56 Reservas de reavaliação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
571 Reservas legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
572 Reservas estatutárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
573 Reservas contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
574 Reservas livres	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
575 Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
576 Doações	1.532.577,18	0,00	1.532.577,18	1.531.316,52	1.531.316,52
577 Reservas decorrentes de transferência de activos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59 Resultado transitados	2.951.650,47	0,00	2.951.650,47	4.112.060,30	5.344.628,99
88 Resultado líquido do exercício	-8.881,80	0,00	-8.881,80	-87.614,63	-823.359,58
Passivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões para riscos e encargos	1.442.260,43	0,00	1.442.260,43	1.179.296,93	1.093.625,25
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2812 Dívidas a instituições de crédito	2.261.875,25	0,00	2.261.875,25	2.703.211,55	3.335.890,04
2613 Fornecedores de Imobilizado Leasing	194.198,17	0,00	194.198,17	217.796,49	257.677,14
2631262 Outros Credores - FAM - MLP	178.381,60	0,00	178.381,60	222.977,60	0,00
Dívidas a terceiros - Curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2811 Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
269 Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
221 Fornecedores, c/c	257.571,89	0,00	257.571,89	219.202,62	196.494,94
228 Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00	0,00	0,00	94.405,95
252 Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
217 Clientes e utentes c/ cações	3.152,64	0,00	3.152,64	3.152,64	3.152,64
219 Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2611 Fornecedores de imobilizado, c/c	122.235,79	0,00	122.235,79	130.285,54	369.032,54
24 Estado e outros entes públicos	75.354,25	0,00	75.354,25	69.488,09	41.925,70
264 Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
262 + 263 + 267 + 268	65.815,28	0,00	65.815,28	103.135,80	365.650,21
Outros credores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2613 Fornecedores Imobilizado - Facturas em Rec e Conf	0,00	0,00	0,00	99.953,67	185.000,00
2614 Fornecedores de imobilizado Factoring	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
231211 Dívidas a instituições de crédito - MLP - CP	462.993,56	0,00	462.993,56	427.054,62	0,00
26131 Fornecedores de imobilizado Leasing	31.000,00	0,00	31.000,00	46.987,61	0,00
Acréscimos e diferimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
273 Acréscimos de custos	386.528,43	0,00	386.528,43	362.200,83	465.266,22
274 Provisões diferidos	14.890.997,24	0,00	14.890.997,24	16.102.810,48	15.113.114,05
TOTAL ACTIVO	58.423.006,28	23.274.008,86	35.148.997,42	36.991.586,00	36.507.290,29
TOTAL PASSIVO	35.148.997,42	0,00	35.148.997,42	36.991.586,00	36.507.290,29

INDICADORES				2015	2014		2013		VARIAÇÃO		
								2015/2014	2014/2013		
1	SUSTENTABILIDADE A MÉDIO E LONGO PRAZO	Solabilidade I	Fundo Patrimonial	14 776 633	72,53%	15 104 032	69,01%	14 986 056	69,63%	3,53	-0,63
Passivo			20 372 365	21 887 554		21 521 235					
2		Solabilidade II	Activo Líquido	35 148 997	172,53%	36 991 586	169,01%	36 507 290	169,63%	3,53	-0,63
Passivo			20 372 365	21 887 554	21 521 235						
3	Solabilidade Adaptado	Activo Líquido Total-Bens do Domínio Público Líquidos	21 069 867	103,42%	22 067 748	100,82%	20 234 678	94,02%	2,60	6,80	
Passivo		20 372 365	21 887 554		21 521 235						
4	Autonomia Financeira	Fundo Patrimonial	14 776 633	42,04%	15 104 032	40,83%	14 986 056	41,05%	1,21	-0,22	
Activo Líquido		35 148 997	36 991 586		36 507 290						
5	EQUILÍBRIO DE CURTO PRAZO	Liquidez Geral	Activo Circulante	1 164 192	7,33%	1 208 076	7,05%	1 292 872	7,88%	-0,29	-0,83
Passivo Circulante			15 878 002	17 146 624		16 416 395					
6		Liquidez Imediata	Disponibilidades	559 377	3,52%	209 648	1,22%	357 458	2,18%	-2,30	-0,95
Passivo Circulante			15 878 002	17 146 624		16 416 395					
7	IMOBILIZAÇÕES	Indicador das imobilizações I	Capitais Permanentes	17 828 735	52,25%	18 665 665	52,16%	18 997 270	53,95%	0,09	-1,78
Imobilizado Líquido			34 120 592	35 783 510		35 214 418					
8		Indicador das imobilizações II	Fundo Patrimonial	14 776 633	43,31%	15 104 032	42,21%	14 986 056	42,56%	1,10	-0,35
Imobilizado Líquido			34 120 592	35 783 510		35 214 418					
9		Indicador das imobilizações III	Capitais Alheios de MLP	3 052 103	8,95%	3 561 633	9,95%	4 011 215	11,39%	-1,01	-1,44
Imobilizado Líquido			34 120 592	35 783 510		35 214 418					
10		Indicador das imobilizações IV	Capitais Alheios de Curto Prazo	15 194 280	44,53%	15 521 679	43,38%	15 403 703	43,74%	1,15	-0,37
Imobilizado Líquido			34 120 592	35 783 510		35 214 418					
11		Percentagem de imobilizado líquido total	Imobilizado Líquido	34 120 592	97,07%	35 783 510	96,73%	35 214 418	96,46%	0,34	0,28
Activo Líquido			35 148 997	36 991 586		36 507 290					
12		Percentagem de imobilizado líquido de BDP	Imobilizado de Domínio Público Líquido	14 079 130	40,06%	14 923 838	40,34%	16 272 612	44,57%	-0,29	-4,23
Activo Líquido			35 148 997	36 991 586		36 507 290					
13	ENDIVIDAMENTO	Endividamento	Passivo	20 372 365	57,96%	21 887 554	59,17%	21 521 235	58,95%	-1,21	0,22
Activo Líquido			35 148 997	36 991 586		36 507 290					
14		Endividamento de MLP	Dívidas de MLP	2 634 455	7,50%	3 143 986	8,50%	3 593 567	9,84%	-1,00	-1,34
Activo Líquido			35 148 997	36 991 586		36 507 290					
15		Endividamento - Empréstimos de MLP	Empréstimos de MLP	2 261 875	6,44%	2 703 212	7,31%	3 335 890	9,14%	-0,87	-1,83
Activo Líquido			35 148 997	36 991 586		36 507 290					
16		Endividamento de CP	Dívidas de Curto Prazo	1 018 123	2,90%	1 099 261	2,97%	1 255 662	3,44%	-0,08	-0,47
Activo Líquido			35 148 997	36 991 586		36 507 290					
17		Endividamento - Empréstimos de CP	Empréstimos de Curto Prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00
Activo Líquido			35 148 997	36 991 586		36 507 290					
18		Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP	2 634 455	12,93%	3 143 986	14,36%	3 593 567	16,70%	-1,43	-2,33
Passivo			20 372 365	21 887 554		21 521 235					
19		Estrutura de Endividamento II	Dívidas de Curto Prazo	1 018 123	5,00%	1 099 261	5,02%	1 255 662	5,83%	-0,02	-0,81
Passivo			20 372 365	21 887 554		21 521 235					

- A autonomia financeira do Município aumentou relativamente ao exercício anterior, ascendendo a 42,04%.
- A liquidez imediata aumentou devido ao aumento das disponibilidades do município.
- O imobilizado líquido total representa 97,07% do total do ativo líquido;
- O imobilizado de domínio público diminuiu no ano 2016, por via do reajustamento patrimonial efetuado, pois registava uma sobrevalorização significativa.
- O passivo representa 57,96% do Ativo líquido, sendo de realçar que as dívidas de MLP representam 7,50% do ativo líquido e 12,93% do Passivo.

Pela análise dos indicadores o município de Sousel mantém uma estrutura financeira estável e equilibrada, que lhe permite futuramente promover investimentos que contribuam para a melhoria das condições de vida e bem-estar da população. Contudo, conforme foi já referido, o atraso na aprovação de regulamentos e colocação em funcionamento do novo quadro comunitário está a condicionar esses investimentos.

Obras com procedimentos iniciados:

- Requalificação de Espaços Públicos - Parque Urbano de Sousel - 1ª FASE - ZONA 2 - Estacionamento e Arruamento” Valor de 310.036,12€;
- Requalificação Rua da Amêndoa – Sousel - Valor estimado de 34.220,99€;
- Pavilhão Gimnodesportivo - Impermeabilização da Cobertura” Valor estimado de 12.849,00€;
- “Pavilhão Gimnodesportivo – Bar Esplanada/Piscinas - Valor estimado de 6.287,27€;
- Beneficiação do Caminho Municipal 1090 – Estrada do Cemitério – Cano - Valor aproximado de 70.000,00€;
- Obras de Conservação e Substituição da Cobertura da Igreja Matriz de Casa Branca - Valor estimado de 120.000,00€.

Projetos prontos a executar em função da aprovação de fundos comunitários:

- Requalificação de Espaços Públicos - Parque Urbano de Sousel - 1ª FASE - ZONA 1B ” Valor de 332.310,27€;
- Reabilitação Mercado Municipal e Espaços Envolventes - Valor estimado de 703.664,41€;
- Requalificação de um troço da Rua Direita - Valor estimado de 74.200,00€;
- Roteiro Turístico e Religioso de Sousel – Sinalização do percurso pedestre e sinalética do percurso urbano - Valor estimado de 59.866,48€.

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com as demonstrações financeiras do ano 2016, o resultado líquido do exercício foi 8.881,80€ negativo, valor que se encontra evidenciado tanto no Balanço como na Demonstração de Resultados.

O POCAL (ponto 2.7.3) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 11 de fevereiro, nada define para um resultado líquido do exercício negativo. Assim, e porque a conta de 59 – Resultados transitados acolhe os resultados líquidos (positivos ou negativos) do exercício anterior, propõe-se que o resultado líquido do exercício seja transferido para a conta 59 – “Resultados Transitados”.

8. CONCLUSÃO

A gestão do executivo municipal nos últimos anos tem-se pautado por fortes investimentos ao nível da educação, do desporto, da ação social, dos equipamentos de transporte e da requalificação urbana.

Também a cultura e a criação de bases para um projeto turístico têm estado no horizonte do trabalho desenvolvido pelo executivo.

Contudo, o atraso na efetivação e operacionalização do novo quadro comunitário de apoio condicionou, em muito, o prosseguimento dos investimentos ainda previstos, os quais terão o seu pico de expressão em anos futuros.

Não podemos, no entanto, deixar de referir que os desafios colocados à administração local nos próximos anos se centram, não apenas em investimentos, mas na promoção de políticas de educação, saúde, ação social, transportes, cultura, habitação, proteção civil, fiscalização do estacionamento e segurança pública. Este tipo de ação irá encontrar enquadramento jurídico em medidas de descentralização/transferência de competências para as autarquias locais, consubstanciando esta descentralização uma maior proximidade das autarquias na decisão, eficiência e eficácia nos serviços prestados aos cidadãos e a uma maior participação das autarquias na gestão de recursos públicos e respeito pela autonomia do poder local.

Importa salientar que esta descentralização de competências deve ser devidamente acompanhada dos recursos financeiros necessários, para assegurar uma boa prestação de serviços aos cidadãos.

Sousel, 04 de abril de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

Dr. Armando Varela

Reunião da Câmara Municipal	Sessão da Assembleia Municipal
O EXECUTIVO	A MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL